

Paula Bessa, Prof. Auxiliar do Departamento de História,
Instituto de Ciências Sociais
Universidade do Minho.
Investigadora do CECS
(Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade).

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

31-12-2013

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Índice:

| | |
|--|----|
| 1. Notas Prévias | 2 |
| 2. O Estado em que se encontrava o «Paço» Arcebispal de Braga antes da intervenção da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais de 1930-1933 | 5 |
| 3. Aparecem edifícios medievais... .. | 11 |
| 4. Os edifícios de origem medieval | 11 |
| 5. A intervenção da DGEMN nas torres | 52 |
| 6. A intervenção da DGEMN no edifício tardo-medieval perpendicular às torres. | 60 |
| 7. O «Paço» no século XVI | 66 |

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

O «PAÇO»: OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Paula Bessa¹

1. NOTAS PRÉVIAS

O estudo – *pro bono* - que se segue responde a uma solicitação do Exmo. Senhor Reitor da Universidade do Minho, Professor Doutor António M. Cunha, ao Doutor Eduardo Pires de Oliveira que, por sua vez, entendeu ser necessário e útil constituir e coordenar – o que fez brilhantemente, diga-se - uma equipa multidisciplinar de reflexão sobre o antigo Paço Arcebispal de Braga, pedindo-me que me debruçasse sobre o Paço Arcebispal no período tardo-medieval e no século XVI.

*

Na verdade, nunca me referirei a «um» Paço Arcebispal mas a «Paços Arcebispaís», uma vez que entendo que o conjunto a que hoje vulgarmente nos referimos como «Paço» é um complexo conjunto de edifícios construídos desde o período tardo-medieval, acrescentando-se uns aos outros, mas que, posteriormente, foi também incluindo edifícios novos substituindo outros mais antigos como aconteceu, por exemplo, com a «ala de D. Rodrigo de Moura Teles» (arcebispo de Braga entre 1704-1728) que deve ter substituído obras tardo-medievais e da responsabilidade de D. Diogo de Sousa (arcebispo de Braga entre 1505-1532), obras novas feitas para corresponder a novas ou a crescidas necessidades ou para satisfazer novas formas de gosto e de viver palaciano (motivações que creio que justificaram, por exemplo, a construção do Paço de D. José de Bragança (arcebispo de Braga entre 1741-1756)).

*

¹ Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Investigadora-integrada do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho (CECS/UM).

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Espera-se que este estudo e o do Doutor Eduardo Pires de Oliveira, assim como vários outros, de diversos autores, sobre os Paços Arcebispais de Braga venham a constituir um livro coordenado pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira. No entanto, desde já, os estudos - baseados em trabalhos de investigação sérios - que agora apresentamos ao Senhor Reitor têm também o objectivo de providenciar à Reitoria informação e, mais do que isso, dados por nós recolhidos e por nós interpretados, que permitam à Reitoria uma reflexão informada sobre o(s) novo(s) projecto(s) funcionais e de arquitectura que se pretendem para o «Paço» e que, neste momento, se pensa que serão executados de parceria com a Direcção Regional de Cultura-Norte.

*

O trabalho que agora apresento corresponde a uma investigação séria mas limitada nos meios financeiros (que impediram o estudo de todo o material relevante existente no Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) relativo ao «Paço Arcebispal de Braga» e às intervenções que aí tiveram lugar e que se encontra, actualmente, à guarda do Instituto de Reabilitação da Habitação e Urbana (IRHU) no Forte de Sacavém, limitando-se a minha investigação ao que está disponível on-line; não houve também disponibilidade financeira para suportar despesas de deslocação a arquivos nacionais que me pareceria de utilidade explorar).

A minha investigação foi também limitada no tempo que lhe dediquei, uma vez que este trabalho teve que ser realizado a par das minhas – pesadas - responsabilidades docentes e académicas, bem como a par de outras responsabilidades de investigação assumidas anteriormente ao convite feito pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira para integrar esta equipa de investigação por si coordenada (o que impediu, por exemplo, a exploração de fundos documentais existentes nos Arquivos Distrital e Municipal de Braga).

Este trabalho de investigação, resulta assim - e apenas - de análises dos edifícios *in situ*, confrontando-os com os levantamentos fotográficos e material documental da DGEMN disponível on-line e usando alguma cartografia antiga (mapa de Braunio e «mapa de André Soares», usando uma cópia deste cedida pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira), colecções de material fotográfico antigo organizadas pelo Dr. Henrique

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Barreto Nunes e pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira (e que me foram postas à disposição pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira) e tendo sempre em consideração os estudos já efectuados sobre estes Paços, sobretudo por José Marques², José Custódio Vieira da Silva³ e Mário Barroca⁴.

Assim, o estudo que agora apresento, até dados os limites de tempo e de disponibilidade financeira a que esteve sujeito, deve ser entendido como não tendo a pretensão de se constituir como definitivo mas apenas como tendo o carácter provisório inerente a uma investigação sujeita aos limites de trabalho que já expus.

*

Para tornar mais claras as linhas de argumentação que apresentarei, o meu texto será acompanhado de fotografias da minha responsabilidade, das colecções do Doutor Eduardo Pires de Oliveira, das recolhidas e organizadas pelo Dr. Henrique Barreto Nunes (e que me foram disponibilizadas pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira) e da Biblioteca Pública de Braga mas também de fotografias e de desenhos que integravam o Arquivo da DGEMN e que não poderão ser publicadas em livro sem autorização da instituição que actualmente tutela esses materiais, o IRHU. Mesmo no âmbito deste trabalho de investigação, para respeitar os direitos de propriedade da extinta DGEMN, as fotografias e desenhos de reconstituição, de alçados e de plantas foram deliberadamente tratados com filtros para, por um lado, não os reproduzirmos indevidamente na sua versão original - e sobre a qual se exercem tais direitos de propriedade - e, por outro, para não ocasionar a sua reprodução a partir deste trabalho de investigação.

*

² MARQUES, José, 1983 – *Braga Medieval*. Braga: s/ed.

³ SILVA, José Custódio Vieira da, 1995 – *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, p. 91-93.

⁴ BARROCA, Mário Jorge, 2002 – *Paços Episcopais* in ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge, «História da Arte em Portugal – O Gótico». Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 101-102.

2. O ESTADO EM QUE SE ENCONTRAVA O «PAÇO» ARCEBISPAL DE BRAGA ANTES DA INTERVENÇÃO DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS DE 1930-1933

No meu entender, para tentarmos compreender os Paços Arcebispais tal como se nos apresentam actualmente, é crucialmente importante, indispensável, mesmo, procurarmos saber em que estado se encontravam estes edifícios quando, cerca de 1930, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) neles foi chamada a intervir⁵. Teremos também que compreender que sentido e que propósito se pretendia que essa intervenção tivesse.

A nossa primeira tarefa deverá ser, portanto, estudar o que se conserva nos Arquivos da DGEMN (actualmente à guarda do IRHU): documentação fotográfica, levantamentos e desenhos de existências, projectos e plantas, documentação escrita (Memórias, Cadernos de Encargos, Orçamentos). Felizmente, esta documentação é vasta, ainda que não me tenha sido possível ter tido acesso ao(s) *briefing(s)* do então Director da Biblioteca Pública de Braga, Dr. Alberto Feio, relativamente ao que queria que se fizesse. Esta documentação pôde ainda ser complementada com outra documentação de carácter iconográfico (mapas, gravuras e fotografias antigas, incluindo a colecção de fotografias da Casa Alvão recolhida pelo Dr. Henrique Barreto Nunes, por exemplo).

*

A consideração das fotografias da DGEMN e da Casa Alvão anteriores à intervenção que veio a ocorrer logo nos anos imediatamente após 1930 leva-nos a concluir que apenas estavam em razoável estado de conservação os edifícios voltados à Rua do Souto.

⁵ Um dos primeiros textos existentes no Arquivo da DGEMN (hoje no IRHU) referentes às obras que se pretendia que se fizessem nos antigos paços para os adaptar para a instalação da Biblioteca Pública de Braga e Museu de D. Diogo de Sousa tem a cota SIPA TXT 05577161, p. 5, e data de 26 de Maio de 1930.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Note-se que as fachadas estavam rebocadas e que a *loggia de D. Frei Agostinho de Jesus* (de Castro) ainda estava entaipada



Parte da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles», «ala de D. Manuel de Sousa» e parte do edifício da responsabilidade de D. José de Bragança dando continuidade à «ala de D. Manuel de Sousa».

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Note-se a *loggia* de D. Frei Agostinho de Jesus (de Castro), já desentaipada, o arranjo como jardim fechado da praça (actual «Largo do Paço») e exposição das «*colunas do tempo dos romãos* [romanos]» que o arcebispo D. Diogo de Sousa havia colocado em redor da ermida de Santa Ana, que ficava diante da porta do Souto

*

Do Paço de D. José de Bragança (1741-1756), após o incêndio de 1866, restava razoável parte da ala mais próxima da Rua do Souto e parte da ala central, encontrando-se o resto muito arruinado. Tinham, aliás, sido apeadas, para segurança dos transeuntes, partes do edifício sobrevivente ao incêndio mas parece que se conservaram silhares e cantaria esculpida.



Fotografias disponibilizadas pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Paço de D. José de Bragança antes do restauro da DGEMN

(Esta fotografia – tal como quase todas as da Casa Alvão que a seguir utilizaremos – foi recolhida pelo Dr. Henrique Barreto Nunes, tendo-me sido disponibilizada pelo Doutor Eduardo Pires de Oliveira)

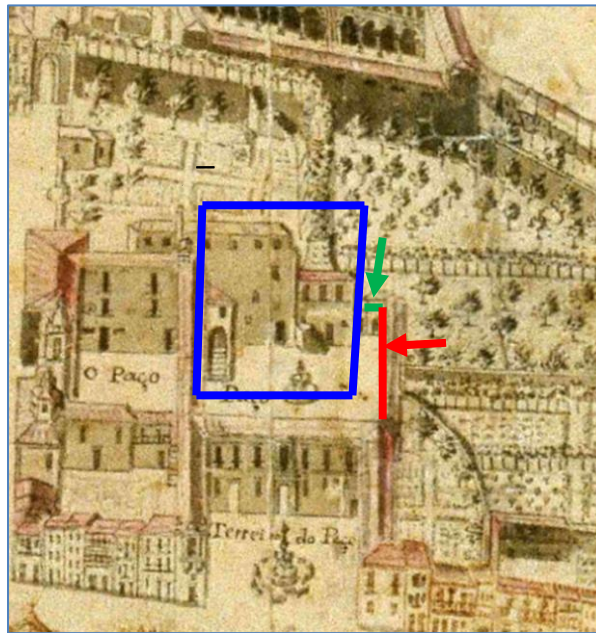
*

Os edifícios nas traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles» e a ela paralelos, encontravam-se rebocados e profundamente alterados ao longo dos séculos, o que tinha resultado em fachadas cujos vãos (janelas e portas, alguns entaipados) não seguiam sequer nenhuma ordem compositiva. O que aí se encontrava poderia ser descrito como um conjunto esteticamente lamentável, ou, para usar uma expressão inglesa, «*without rhyme nor reason*», sem poesia e sem razão. Em grande medida nem era, sequer, possível, vendo-os exteriormente a partir das janelas das traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles», perceber que se tratava de corpos edificadas ainda durante o período medieval.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

No entanto, o seu aspecto correspondia ao documentado pelo mapa de André Soares:



Como se vê na fotografia acima, a este conjunto de edificações (indicado, quer no mapa de André Soares, quer na fotografia anterior ao restauro, por linhas a azul), ligava-se perpendicularmente uma «ala» por rebocar (indicada na fotografia por seta a vermelho), sendo, por isso, provável que esta ala, anteriormente ao restauro, fosse mais facilmente identificável como sendo de origem medieval, originalmente de gosto gótico. Note-se que, entre o século XVIII e cerca de 1930, tinha ficado muito arruinada a construção assinalada a verde no mapa e tinha desaparecido a ala de origem tardo-medieval assinalada a vermelho no mapa.

*

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Quando a DGEMN foi chamada a intervir no «Paço» recebeu um *briefing* e até um projecto prévio (acompanhado de plantas, alçados e cortes) enviado pelo então Director da Biblioteca Pública de Braga, Dr. Alberto Feio, como é referido na documentação constante dos Arquivos da DGEMN⁶; a documentação da DGEMN refere haver erros de medições nos desenhos apresentados, argumentando a DGEMN que tal projecto não era adequado nem conveniente, no que veio a receber a anuência do Dr. Alberto Feio⁷. É possível que o projecto prévio facultado pelo Dr. Alberto Feio tenha sido feito desconhecendo-se o verdadeiro carácter de parte dos edifícios (sobretudo o das construções medievais paralelas à «ala de D. Rodrigo»), carácter esse que só se veio a conhecer depois da DGEMN ter mandado levantar os rebocos que escondiam a verdadeira natureza das construções.

O que é possível inferir que se pretendia com a intervenção da DGEMN?

Num primeiro momento, por um lado, do ponto de vista construtivo, pretendia-se a consolidação das existências e a reconstrução do Paço de D. José de Bragança que havia sido muito arruinado pelo incêndio de 1866.

Por outro lado, inicialmente, e do ponto de vista funcional, queria-se adaptar o conjunto dos edifícios existentes – depois de devidamente consolidados – e o palácio de D. José de Bragança (1741-1756) – depois de reconstruído e adaptado às novas funções que se pretendia que aí se desenvolvessem – para que pudessem alojar não só a Biblioteca Pública de Braga (incluindo documentação do antigo Arquivo Arcebispal)⁸ mas, também, o Museu D. Diogo de Sousa (ver na fotografia 3 as «*colunas do tempo dos romãos*»), vindo este último objectivo a ser abandonado (e só vindo a concretizar-se, noutra local, nos finais do século XX). De facto, todos os desenhos iniciais de existências e desenhos de projecto da DGEMN relativos a este conjunto de edifícios que, actualmente, designamos por «Paço» têm por título «Biblioteca Pública de Braga

⁶ Antigo Arquivo da DGEMN, actualmente à guarda do IRHU (doravante, só citarei a cota como se segue) SIPA TXT 05577161, p. 5 (26 de Maio de 1930).

⁷ “(...) pois o próprio Directôr da Biblioteca reconhece a necessidade de se introduzirem modificações nêsses desenhos (...)”, idem.

⁸ Biblioteca que tinha começado por estar - mal - acomodada “numa sala do antigo convento dos Congregados”, estando o restante edifício então consagrado à Escola Normal e pensando-se que a ala [sic] aí ocupada pela Biblioteca pudesse vir a ser destinada à Escola Industrial e Comercial de D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Cf. «Memória» (13 de Novembro de 1930), SIPA TXT 05577 248.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

e Museu D. Diogo de Sousa» (ver desenhos 12⁹ e 14¹⁰). O projecto de intervenção da DGEMN foi orçamentado em 1.118.215\$00, orçamento este ministerialmente aprovado¹¹.

3. APARECEM EDIFÍCIOS MEDIEVAIS ...

Para se proceder à consolidação do edificado, a primeira tarefa a realizar teria que ser a do levantamento dos rebocos para se poder avaliar o estado de solidez – ou não – das construções.

Ora, ao retirarem-se os rebocos, descobriu-se – à saciedade – que o edifício sem, aparentemente, qualquer interesse estético nas traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles» e a ele paralelo (ver fotografia 7) era, afinal, um conjunto edificado, de origem medieval, ao qual se associava o edifício que lhe era perpendicular, também medieval. Deve ter sido uma descoberta trepidante e uma terrível fonte de preocupações relativamente à forma de como aí intervir, como é possível avaliar pelos sucessivos desenhos/tentativas de projecto de tratamento destas fachadas, cada um correspondendo a uma etapa de reflexão sobre como intervir¹².

4. OS EDIFÍCIOS DE ORIGEM MEDIEVAL

Do meu ponto de vista – e esta é uma opinião minha e nova – o que apareceu não foi «um» edifício medieval mas um conjunto de construções que inclui os primeiros edifícios medievais construídos por iniciativa de vários arcebispos de Braga nesta nova localização permitida pelo alargamento do perímetro muralhado da cidade¹³.

⁹ SIPA DES.0004458.

¹⁰ SIPA DES.0004459.

¹¹ SIPA TXT.05577267.

¹² Por exemplo, SIPA DES.00175800 (desenho de alçado de pré-existências depois de retirados os rebocos), SIPA DES.00175900 (desenho de alçado de pré-existências depois de retirados os rebocos), SIPA DES.00175860 (desenho de projecto para a fachada virada à rua nova), SIPA DES.00008060 (planta de definição de Zona de Protecção).

¹³ Deve-se ao grande estudioso de História Medieval e de História Medieval de Braga Prof. Catedrático Doutor José Marques o essencial das informações de que dispomos sobre o alargamento do perímetro muralhado de Braga e que passo a resumir no que se refere às suas primeiras fases (alargamento para

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Considero que, depois de levantados os rebocos, o que aqui apareceram foram três torres, construídas em diferentes e sucessivos momentos e também o «corpo» que lhes é perpendicular, um anexo residencial (onde se encontra hoje, no piso térreo, o chamado «Salão Medieval»).

A primeira torre a ser construída deverá ter sido da responsabilidade do arcebispo D. Gonçalo Pereira (arcebispo de Braga entre 1326 e 1348), aproveitando, como já referi, o alargamento do perímetro muralhado da cidade para norte. Esta torre tinha – e tem – um aspecto eminentemente defensivo e a particularidade invulgar – e sofisticada – neste tipo de construções de dispor no seu interior de duas «caixas» para escadas (originalmente, ambas pétreas?), para permitir a circulação, pelo interior, entre os seus diversos pisos, ainda que se tivesse que usar uma escada amovível de madeira para aceder ao portal para o exterior que se situaria no primeiro piso. Originalmente, e de acordo com o carácter defensivo/militar da construção, sublinhado pela presença de ameias, não haveria portas no piso térreo, o que se comprova pelo facto de as portas que actualmente existem serem posteriores à construção da torre (por exemplo, a porta virada à rua nova projectada pela DGEMN para dar destaque e visibilidade a estas construções medievais, inicialmente denominada do Eng^o José Frederico Ulrich, actualmente Rua de Eça de Queirós, evidencia características formais que, provavelmente, correspondem ao século XVI (assinalada por seta vermelha na fotografia 8).

Esta torre foi atribuída à iniciativa de D. Gonçalo Pereira (1326-1348) quer por José Marques¹⁴, quer por José Custódio Vieira da Silva¹⁵, quer por Mário Barroca¹⁶. O

incluir grande parte da freguesia de S. João do Souto e alargamento para norte). Segundo os resultados da investigação a que se dedicou este autor, tal alargamento estava já em curso em 1210. Em 1301, o processo prosseguia, como se depreende de uma constituição sinodal de D. Martinho de Oliveira que destinava verbas provenientes de certas multas infligidas aos clérigos «*para a obra dos muros da cidade*». Em 1315 já estava feito o castelo e nele se encontrava sediada a Confraria de S. João do Souto, como se depreende de referência documental «... *persone esse obedientes dicte conffrarie in novo castelum*...». José Marques propõe que o alargamento da muralha para norte tenha começado durante o reinado de D. Dinis, atingindo-se o limite máximo da expansão da cidade murada para o lado norte, confinando com o que viria a ser designado como Campo da Vinha. Cf. MARQUES, José, 1983 – *Braga nos Finais da Idade Média (Subsídios para o seu estudo)* in «Braga Medieval». Braga: s/ed., p. 46-47 (doravante, MARQUES, 1983).

¹⁴ MARQUES, 1983, op. cit., p. 47.

¹⁵ SILVA, 1995, op. cit., p. 91.

Paula Bessa

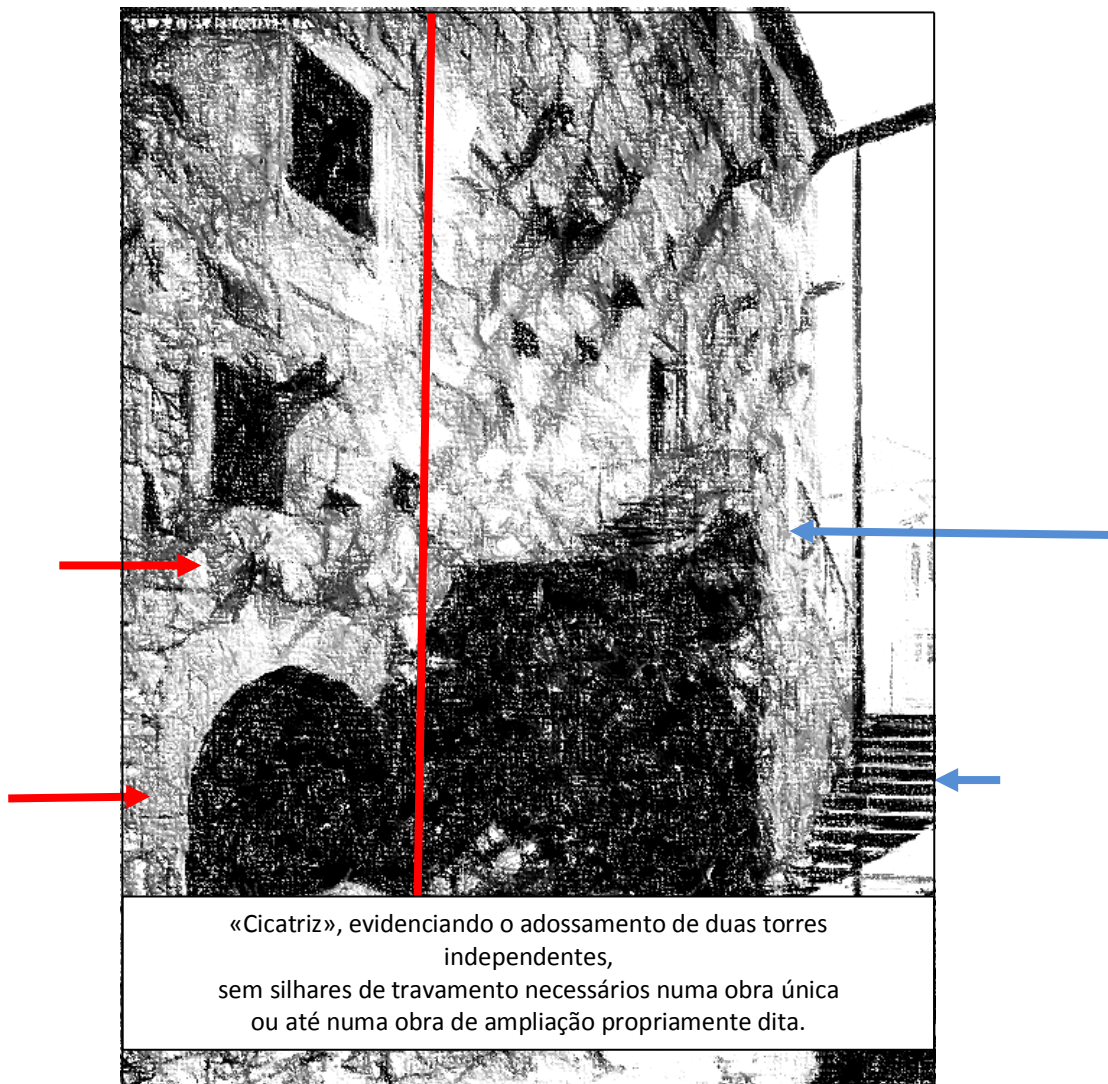
(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

brasão com a cruz florenciada dos Pereiras que presentemente se encontra sobre o portal voltado à Rua Eng^o José Frederico Ulrich, hoje Rua Eça de Queirós, é, muito provavelmente, obra de restauro mas uma fotografia de c. de 1930 do Arquivo da DGEMN parece indicar que sobrevivia nessa localização pelo menos parte de um silhar com porção de tal motivo heráldico (motivo assinalado com seta a vermelho na fotografia abaixo):

Veja-se SIPA FOTO. 00551180



*

¹⁶ BARROCA, Mário Jorge, 2002 – *Paços Episcopais* in ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge, «História da Arte em Portugal – O Gótico». Lisboa: Editorial Presença, p. 101.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Como Mário Barroca tem demonstrado nos seus estudos sobre *Domus Fortis*¹⁷ (Casas Fortes), nas suas torres o portal encontrava-se ao nível do primeiro andar, o piso térreo (que, assim, ficava fechado para o exterior) destinava-se a armazenamento, o primeiro piso podia servir como «*aula*», ou seja, a sala onde o Senhor recebia (e D. Gonçalo era arcebispo mas também Senhor de Braga), e o piso mais elevado era aquele em que se situava a sua *câmara*, os seus aposentos privados¹⁸. O coroamento da torre de uma casa-forte «(...) *era feito com ameias, elementos que possuíam uma enorme carga simbólica. Eram mesmo, de entre todos os componentes da construção, aqueles que se revestiam de maior simbolismo. Na realidade, a documentação da época revela-nos que as ameias ou merlões se assumiam como o principal indício para se classificar uma construção civil como fortificada – um indício muito mais importante do que a forma turriforme da construção, o facto de ser construída em pedra, ou o poder ter fosso em seu redor. (...)*»¹⁹.

A avaliar pela subsistência desta torre (e das anexas) o que parece ter acontecido é que D. Gonçalo Pereira (e, mais tarde, outros dois arcebispos) optou por construir uma *domus fortis* - e não um «paço» propriamente dito -, o que, a assim ser, é uma demonstração de que este arcebispo (e dois dos seus sucessores) reconhecia uma forte necessidade de se defender.

Como Mário Barroca tem demonstrado, nas *domus fortis*, a este tipo de torre estavam associadas outras construções como, por exemplo, um anexo residencial, complementar, de planta rectangular, podendo incluir no piso térreo uma *aula* ou *sala nobre* mais ampla e, no primeiro andar, mais amplos aposentos privados ou «câmaras»; estes anexos residenciais podiam ser construídos adossados à torre ou separadamente dela. As *domus fortis* incluíam ainda cozinha (separada da torre, para

¹⁷ Por exemplo, BARROCA, Mário Jorge, 1989 – *Em Torno da Residência Senhorial Fortificada. Quatro Torres Medievais na região de Amares*. “Revista de História”, vol. 9, p. 9-62; BARROCA, Mário Jorge, 1998 – *Torres, Casas-Torres ou Casas- Fortes. A Conceção do Espaço de habitação da Pequena e Média Nobreza na baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)*. “Revista de História das Ideias”. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 19, p. 39- 103. BARROCA, Mário Jorge, 2002 – *Paços Senhoriais* in ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge, «História da Arte em Portugal – O Gótico». Lisboa: Editorial Presença, p. 103-109.

¹⁸ Por exemplo, BARROCA, Mário Jorge, 2002 – *Paços Senhoriais* in ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge, «História da Arte em Portugal – O Gótico». Lisboa: Editorial Presença, p. 105.

¹⁹ Idem, p. 106.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

evitar incêndios) e capela²⁰. Sobre estas construções que poderiam ter acompanhado a torre de D. Gonçalo Pereira não conhecemos informação documental. De resto, o que é mais vulgar é ter subsistido a torre e não as restantes construções anexas²¹.

O que justificaria a opção do arcebispo D. Gonçalo Pereira de construir uma *domus fortis*? O período durante o qual D. Gonçalo Pereira foi arcebispo de Braga (1326-1348) não foi isento de dificuldades; para dar um exemplo, e usando as palavras de D. Rodrigo da Cunha,

«(...) Estava em boa paz, governando sua Igreja, quando lhe sobrevierão grandes discórdias & dissensões cõ elRey D. Affonso IIII. Q[ue] havia sucedido no Reyno a elRey D. Dinis seu pay, sobre matérias de jurdição da Igreja de Braga. Tentou elRey pòr tabeliães na cidade de Braga pera escreverem nas causas assi Ecclesiasticas, como seculares, & tambe[m] porteiros, que fizessem penhoras, & outras dilige[n]cias, contra as doações, & posse antiquíssima em que estavão os Prelados de apresentar tabeliães e porteiros pera todos os feitos, & penhoras assi Ecclesiasticas, como seculares. (...) A este aggrauo se aju[n]tou outro, q[ue] fes ao Arcebispo estãdo em Coimbra hu[m] Corregedor delRey nas terras de Entre Douro, & Minho, por nome Affonso Diaz, pondo juiz na cidade de Braga, & mandando, que todos os moradores do lugar, q[ue] tivessem causas, as propuzessem diãte d'aquelle juiz, & não do apresentado pello Arcebispo. E passando maes adiante entrou na cidade, & mãdou publicar correição nella, & que todos os que tivessem queixas dos officiaes da justiça fossem a elle, & que os proueria. (...)»²².

Assim, vemos o rei D. Afonso IV a desafiar os direitos de jurisdição dos arcebispos de Braga e, particularmente, os de D. Gonçalo Pereira que era o arcebispo de então. Estes são apenas alguns exemplos das dificuldades que D. Gonçalo teve que enfrentar e que podem justificar que tivesse construído uma *domus fortis*, dispondo de uma torre com capacidade defensiva para nela se recolher e nela se defender activamente em caso de necessidade.

²⁰ BARROCA, idem, p. 106-107.

²¹ BARROCA, idem, p. 106 e p. 108.

²² CUNHA, D. Rodrigo da, 1989- *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, Reprodução Fac-Similada [de exemplar de 1635] com Nota de Apresentação de José Marques, Prof. da Universidade do Porto. Braga: Barbosa & Xavier, Lda., (doravante CUNHA, 1989), p. 181.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

O reconhecimento da possibilidade de necessidade de defesa de carácter militar levou, aliás, D. Gonçalo Pereira, quando mandou construir a sua capela funerária, a dotá-la de torre defensiva²³.



Capela funerária de D. Gonçalo Pereira (fotografia: Paula Bessa)

*

²³ ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, 2002 – *Sé de Braga* in ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de, e BARROCA, Mário Jorge, «História da Arte em Portugal – O Gótico». Lisboa: Editorial Presença, p. 60.

COELHO, Maria Helena da Cruz, 1990 – *O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir* in «Actas do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga – Congresso Internacional». Braga: Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia e Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, vol. II, p. 389-462.

DIAS, Pedro, 1994- *Arquitectura Gótica Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, p. 94-95.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Mais tarde, foi construída uma outra torre, adossada à de D. Gonçalo Pereira. As mesmas necessidades de defesa militar continuariam a sentir-se, o que é testemunhado pelo facto de o portal para o exterior estar colocado ao nível do 1º andar; mais tarde, e para facilitar o acesso a este edifício, foi construída uma escada exterior pétrea com vários patamares (porta e escada assinaladas com setas a azul na fotografia 8 que abaixo repetimos):

Veja-se SIPA FOTO. 00551180



Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

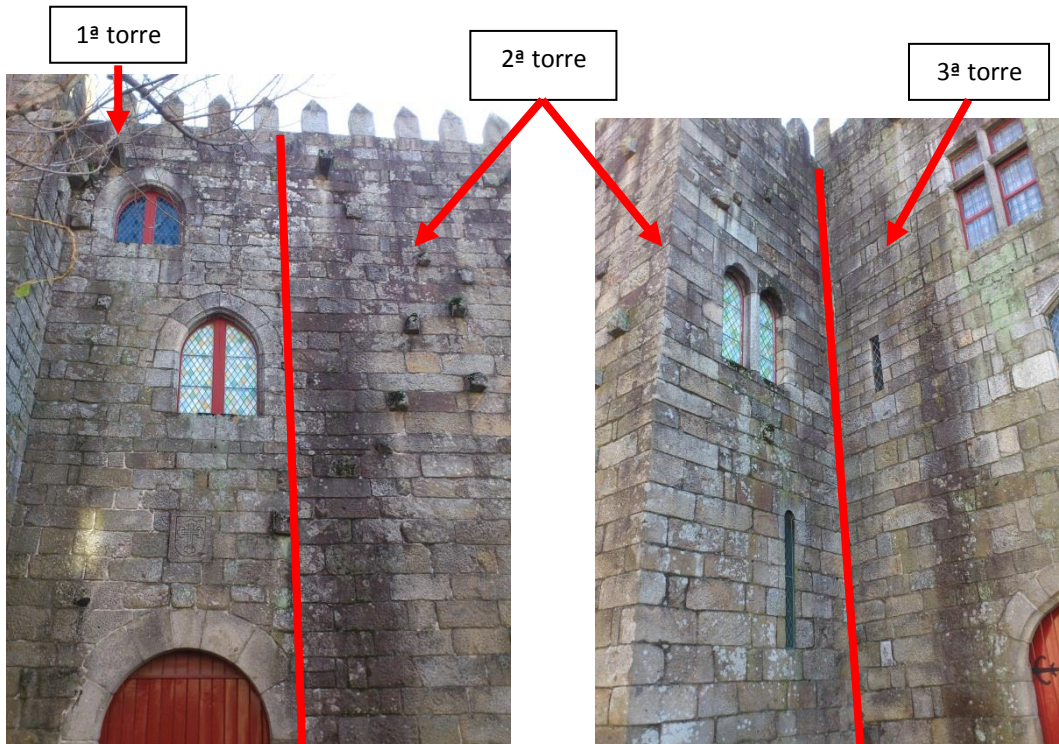
OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



(Fotografia: Paula Bessa)

*

Foi ainda construída uma terceira torre, adossada à segunda:



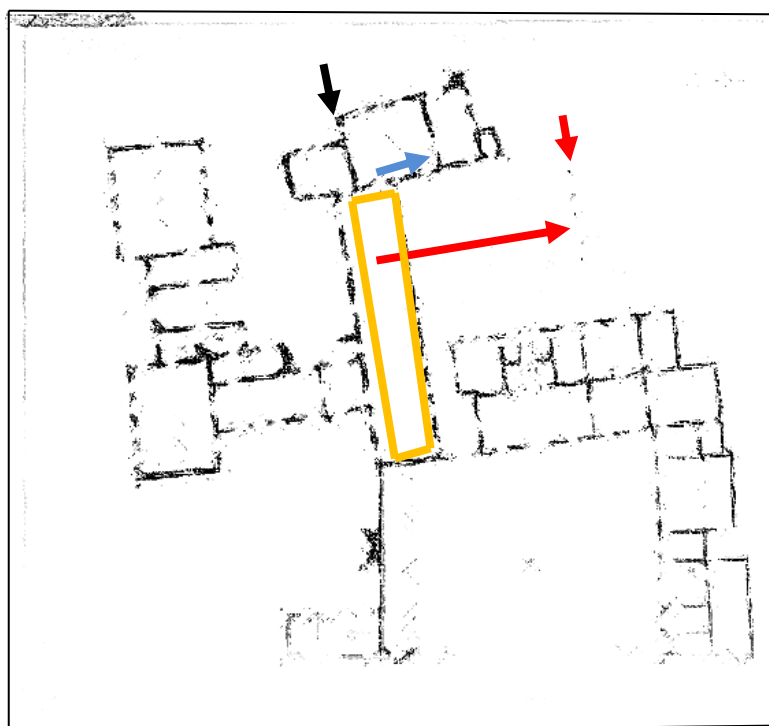
(Fotografias: Paula Bessa)

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Que estas torres são independentes entre si, construídas em momentos diferentes e sucessivos, prova-o a existência de «cicatrices» de alto a baixo nas fachadas destas construções (isto é, as paredes entre as diferentes torres encostam-se umas às outras, sem haver silhares que estabeleçam travamento entre as diferentes construções, o que aconteceria se se tratasse de uma só construção ou, até, de ampliações), o que se verifica quer na fachada virada para a «ala de D. Rodrigo de Moura Teles», quer na fachada virada à rua que a DGEMN fez abrir nas traseiras destes «corpos» medievais (Rua do Eng^o José Frederico Ulrich/Eça de Queirós).

Outra prova de que estas torres foram construídas em momentos diferentes e sucessivos é o facto de que, ao nível térreo, originalmente, não tinham comunicação entre si (embora, posteriormente, se criasse uma escada para dar acesso a portal para estabelecer comunicação ao nível do piso térreo entre a torre de D. Gonçalo e a seguinte), como se pode comprovar na planta abaixo relativa ao piso térreo que apresenta o portal criado entre a primeira torre (de D. Gonçalo Pereira) e a segunda torre (assinalado com seta a azul), mas mantendo-se inexistente qualquer comunicação a este nível entre a 2^a e a 3^a torres (assinalado com seta a negro):

Veja-se SIPA DES. 0004458



Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

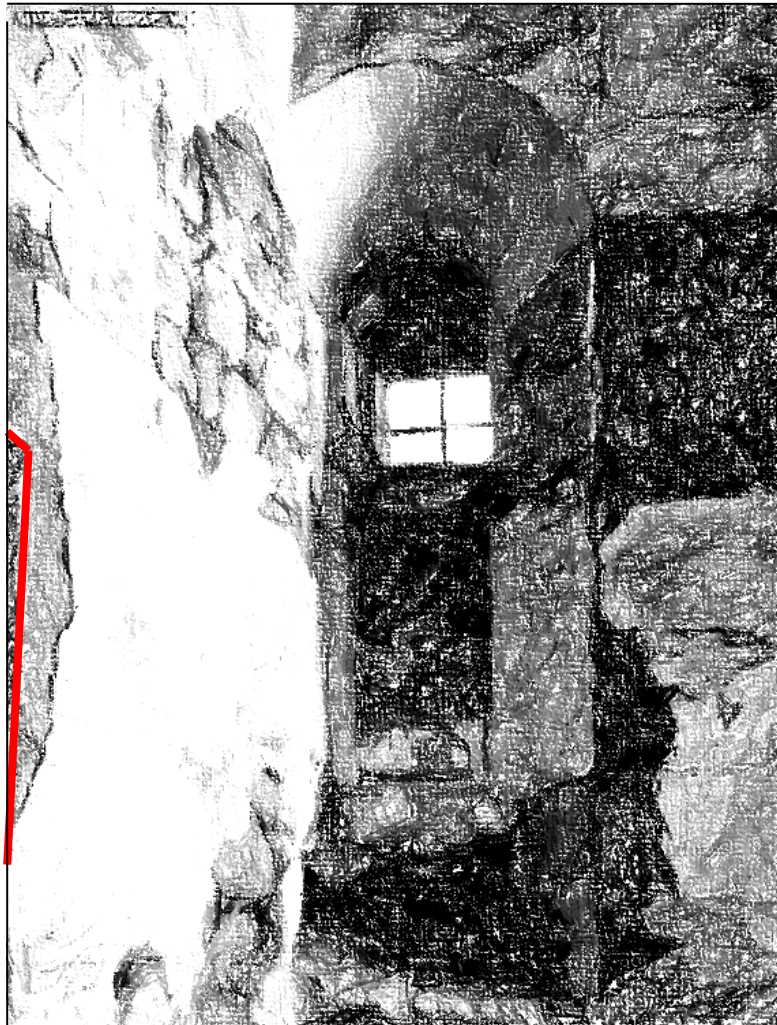
O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Note-se que esta planta já reflecte as obras de restauro como se comprova pelo facto de se figurarem as arcadas que existiam no piso térreo do anexo residencial (indicado a amarelo) perpendicular às torres que vimos comentando, e que suportavam o sobrado do seu 1º andar (assinalado a amarelo), já colocadas no jardim (processo assinalado com setas a vermelho).

Actualmente, ao nível térreo, existem portas com arco quebrado abertas da segunda e da terceira torres para o anexo residencial. No entanto, uma fotografia de cerca de 1930 parece indicar que a porta térrea da segunda torre era de ombreiras e verga recta, certamente muito posterior à construção desta torre, o que talvez possa indicar que, originalmente, não havia comunicação ao nível do 1º piso (R/C) entre a segunda torre e este edifício que lhe está perpendicularmente adjacente:

Veja-se SIPA FOTO. 00551178



Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

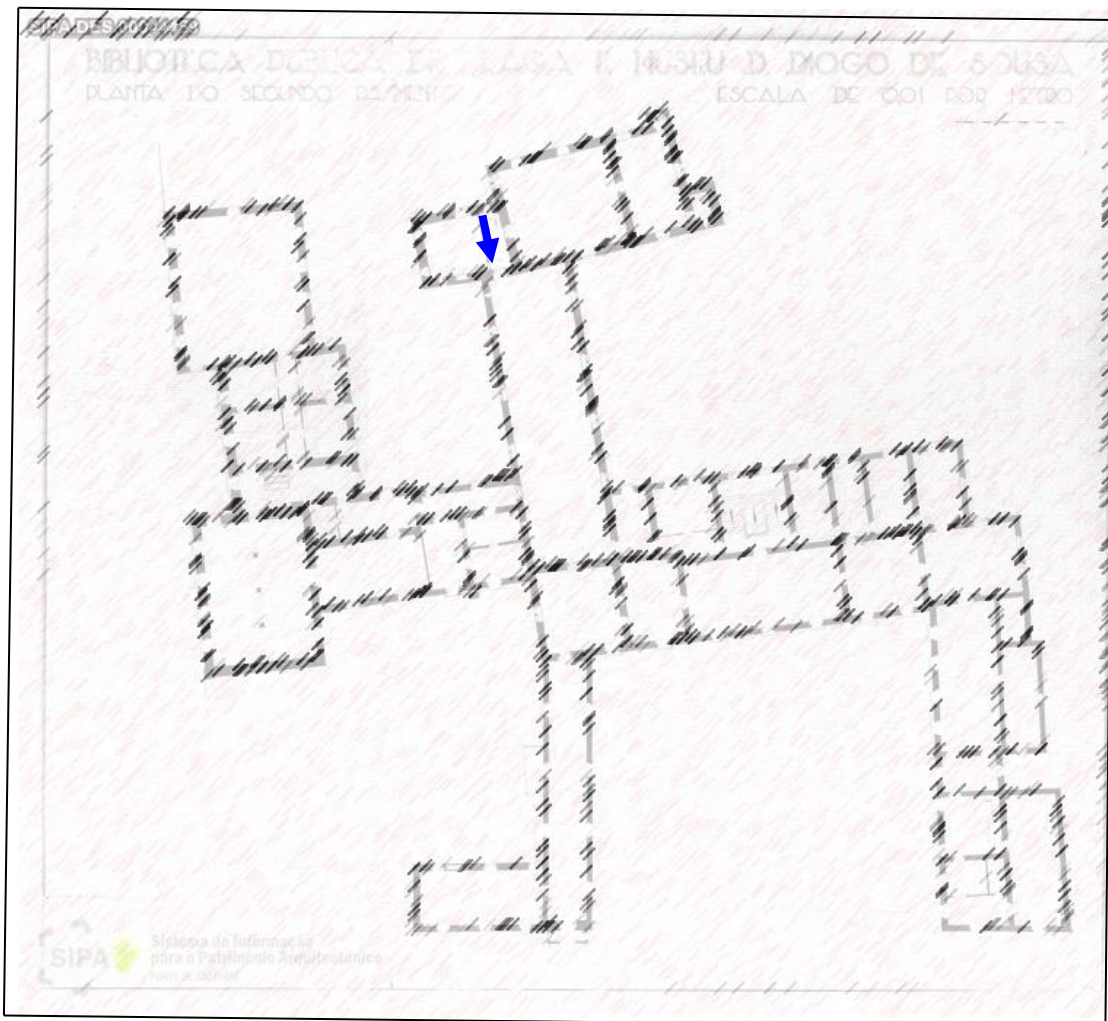
O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

De qualquer forma, pelo menos a porta com arco quebrado que aí se encontra actualmente é de restauro, ainda que pudesse haver subsistências nas quais se pudesse ter apoiado o seu desenho.

Ao nível do 1º andar parece que só havia porta de comunicação entre a terceira torre e o anexo residencial (assinalada por seta a azul):

Veja-se SIPA DES.0004459



No entanto, a fotografia abaixo indica que a porta existente, ao nível do 1º andar (assinalada com seta a azul) entre a terceira torre e o edifício que lhe é perpendicular era tardia (o que não quer dizer que não tivesse substituído outra, original):

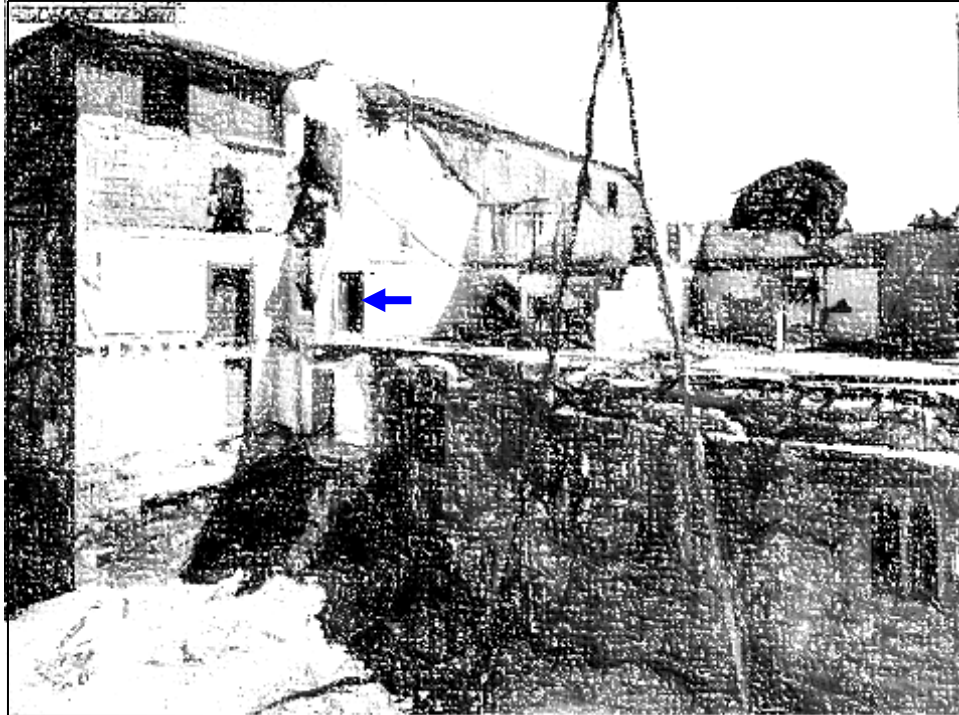
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Veja-se SIPA FOTO.00551175



*

O «corpo» transversal ao alinhamento das torres, do meu ponto de vista, deve ser interpretado como um anexo habitacional, como é comum acontecer na tipologia das *domus fortis*.

Tudo parece indicar que este anexo, originalmente, não dispunha de portas para o exterior ao nível do pavimento térreo pelo menos nas suas fachadas mais longas (ver desenho e fotografias abaixo). A este nível (R/C), era iluminado por estreitas frestas duplas na fachada virada sensivelmente a este (para as traseiras do Paço de D. José de Bragança) e com frestas mais largas na fachada oposta (virada a este; indicadas com setas a vermelho no desenho e fotografia abaixo), voltada ao pátio que actualmente existe nas traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles»), o que me parece indicar que as necessidades de defesa se estendiam também a esta construção. É até possível que neste anexo residencial, o pavimento térreo tivesse funções de armazenamento e só o andar superior tivesse funções residenciais.

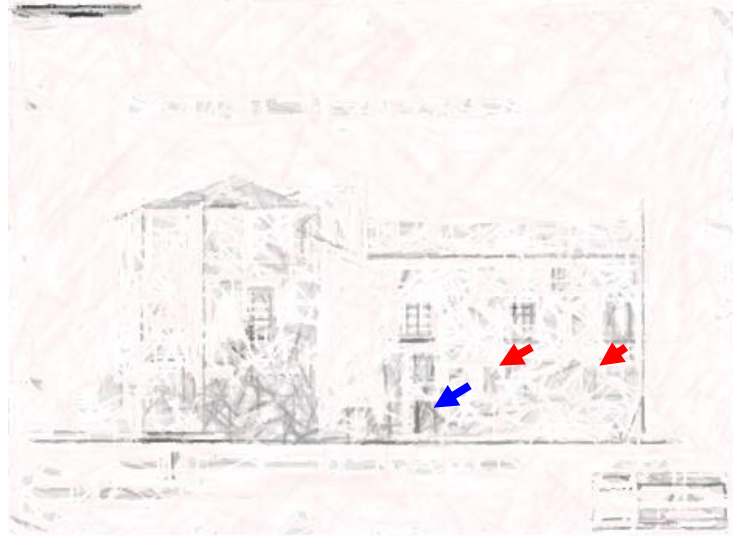
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

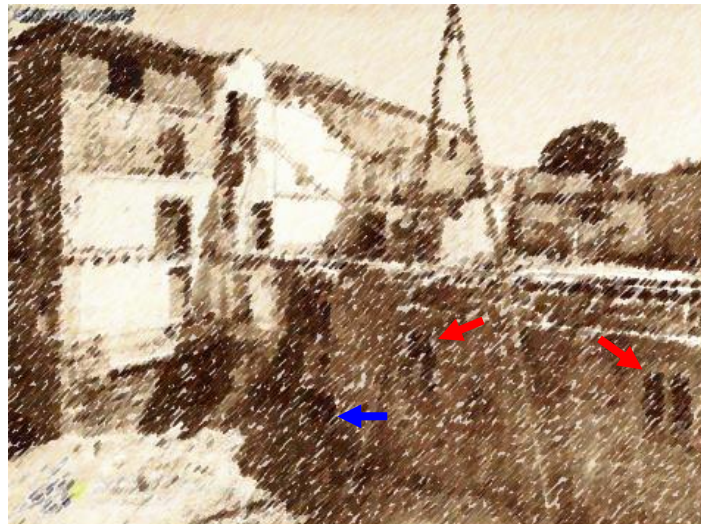
O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Veja-se SIPA DES.00175800



Veja-se SIPA FOTO.00551175

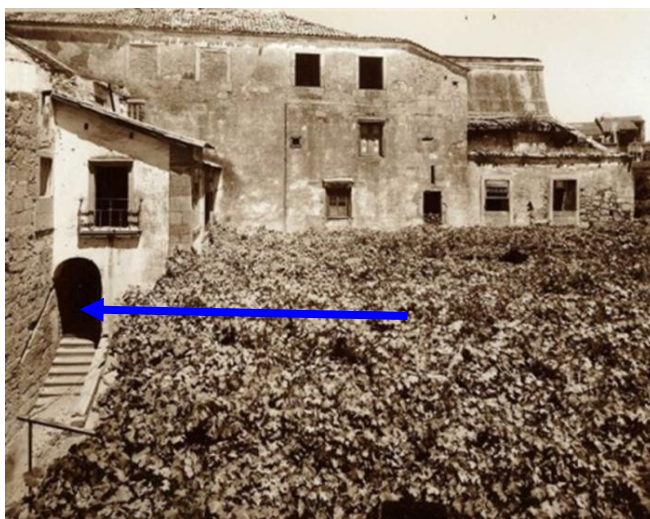


Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Sensivelmente a meio do piso térreo dispunha-se um conjunto de grandes arcadas quebradas que dividiam a meio, no sentido do comprimento, parte da extensão do vão, facilitando o assentamento do sobrado de madeira que constituía o pavimento do piso superior (ver fotografias abaixo: estes arcos foram retirados quando se substituiu o sobrado – de madeira - por laje de betão e foram transferidos para o jardim).



Ao andar superior deste anexo, cerca de 1930, dava acesso uma porta (tardia) a partir da terceira torre (ver fotografia SIPA FOTO 00551175), como já vimos. No entanto, numa outra fotografia da DGEMN um pouco posterior (SIPA FOTO 00551191), vê-se uma porta em arco quebrado da segunda torre para o primeiro andar do anexo: porque se encontrou quando se levantou o reboco? Ou porque iria ser necessária para facilitar a circulação interna entre os vários edifícios e se fez em arco quebrado (a

Paula Bessa

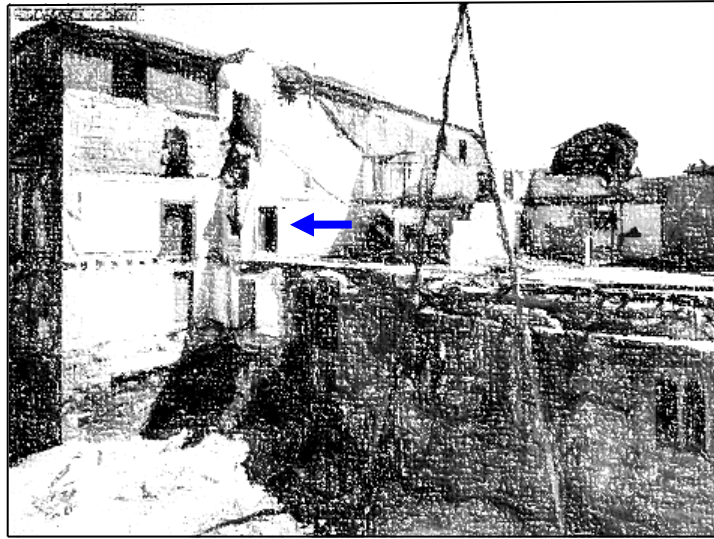
(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

pedra parece nova), como, aliás, se haveriam de fazer outras, particularmente, no pavimento térreo, dando acesso à 2ª e à 3ª torres? Abaixo reproduzimos essas fotografias para comodidade do leitor (portas assinaladas com setas a azul nas fotografias).

Veja-se SIPA FOTO 00551175



Veja-se SIPA FOTO 00551191



*

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Porque terão três arcebispos de Braga mandado construir três torres e o anexo habitacional que subsiste seguindo a opção de arquitectura residencial nobre da *domus fortis*?

Na verdade, talvez nos baste seguir a «*História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga escrita por D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo e Senhor de Braga. Primaz das Espanhas*», impressa em Braga em 1635²⁴, para nos apercebermos de que, a partir do arcebispado de D. Gonçalo Pereira (que nos interessa particularmente porque a ele se deverá a primeira torre que se conserva no «Paço»), ao longo do restante século XIV e, ainda, ao longo de grande parte do século XV, poderia dizer-se que os arcebispos de Braga que aqui residiram e passaram mais tempo, tiveram que ter o báculo pastoral numa mão e a espada na outra.

Como já vimos, D. Gonçalo teve que defender os seus direitos jurisdicionais como Senhor de Braga mas participou também em vários episódios de carácter militar (ajudando o bispo do Porto, D. Vasco, quando, em 1336, entraram pelo reino, com ordem de D. Afonso XI de Castela, D. Fernando, Rui de Castro e D. João de Castro, «*roubãdo, & desbaratãdo quãto achavão, com muita soladadesca, atè chegarem a cidade do Porto, fazendo em todos os lugares por onde passavam o estrago que podião, sem os vencidos tere[m] resistênciã*»²⁵). D. Gonçalo Pereira participou também na famosa batalha do Salado, vencida em 1340²⁶. Mais tarde, quando o Infante D. Pedro, na sequência do assassinato de D. Inês de Castro, «*Cõ a gente que tinha, & com outra q[ue] ouue de D. Fernando de Castro, & de D. Alvaro Pires, irmãos de D. Ines, & de seus pare[n]tes, entrou com mão armada pelas comarcas de Entre Douro, & Minho, & Tralosmontes, & nos lugares, q[ue] erão delRey [D. Afonso IV], fazia grandes roubos, mortandades, & dannos, sem perdoar a nenhu[m] estado [clero, nobreza e povo; que não fossem seus partidários, subentende-se]. Hia marchando com grande poder contra a cidade do Porto, quando acudio cõ muita pressa o nosso Arcebispo, a quem elRey tinha encome[n]dado aquella praça, a meterse nella com muita gente d'armas. E porque a cidade [do Porto] não era ainda cercada de muros, como agora he, o Arcebispo pera melhor a defe[n]der, a cercou demaneira, q[ue] podesse defendela,*

²⁴ CUNHA, D. Rodrigo da, 1989 - *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*. Reprodução Fac-Similada [de exemplar de 1635] com Nota de Apresentação de José Marques, Prof. da Universidade do Porto. Porto: Barbosa & Xavier, Lda., (doravante CUNHA, 1989).

²⁵ CUNHA, op. cit., vol.2, p. 183.

²⁶ Idem, p. 186.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

*determinando antes morrer, q[ue] entregala. Respeitaua o Infante D. Pedro ao Arcebispo, & tinhalhe grande afeição, pello que sabendo que estaua de[n]tro na cidade por lhe não arriscar a vida, & honra, não quis pòr cerco ao Porto, & se foi (...)*²⁷. D. Rodrigo da Cunha, no entanto, chama a atenção para o seguinte «(...) Estas erão as obras, que na guerra em seruiço de seu Rey, & de sua patria, fazia o nosso Prelado. Não erão menores as que na sua Igreja, & cidade exercitaua, porq[ue] aquella enriqueceo de ornamentos, esta ilustrou cõ edificos (...)»²⁸.

O arcebispo D. Lourenço Vicente (arcebispo entre 1374-1397) desenvolveu uma importante acção pastoral, descrita por ele próprio, dirigindo-se ao Papa Urbano VI, «(...) Obrigou esta vossa creatura a viver honestamente a muitos Clerigos, que nem de nome conhecião a honestidade. Vivese jà agora com religião em muitos mosteiros de S. Be[n]to, & Conegos regulares de Santo Agostinho, a que se perguntassem d'antes de q[ue] regra erão, não saberião respõder . Pella pregação desta vossa criatura, sabem os maes profu[n]dos mysterios de nossa Santa fé, os q[ue] ne[m] seus primeiros principios atè agora sabião (...)»²⁹.

Esta e outras atitudes de reforma já lhe valeriam, com certeza, inimigos, mas D. Lourenço, tentando por ordem nos rendimentos da Mitra (os rendimentos do arcebispado de que dispunham os arcebispos), para além de disciplinar o Deão e Cabido, foi mais longe,

«(...) Tirou Beatissimo Padre esta vossa criatura de mãos de poderosos, q[ue] mal, & indevidamente lhos retinhão, & comião, entre mosteiros, Igrejas, & prazos de grande valor, maes de mil, q[ue] já hoje possui a Igreja de braga, ainda q[ue] não sem cõtradição. A muitos dos mesmos nobres, q[ue] cõ preteisto de padroeiros, leuauão colheitas, jantares, pensões, foros, agasalhandoSe nas Igrejas, tirannizando seus caseiros, & alegando, pera o fazerem, posse immemoral, tirou della, & os obrigou com censuras a não pedirem, ou reterem, o que não era seu, nem lhe pertencia.

A outros, q[ue] por sua authoridade particular fazião penhoras nos be[n]s das Igrejas, & mosteiros, leuandolhe cruces, cálices, & outras peças do seruiço dos altares, espancando, ferindo, & prendendo aos Abbades ainda Religiosos, se por ventura se punhão em resistência,

²⁷ Idem, p. 186-187.

²⁸ Idem, p. 187; sublinhado da minha responsabilidade.

²⁹ Idem, p. 195; nesta passagem D. Rodrigo da Cunha refere que traduz do latim documento no Tomo 2 do *Rerum Memorabilium*, fol. 50, verso.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

*aSi atemorizou, & enfreou com penas & castigos, q[ue] de todo desistirão de tantos, e tão manifestos sacrilégios (...)*³⁰.

Seria fácil imaginar as consequências destas acções reformadoras deste arcebispo mas não precisamos de o fazer porque o próprio arcebispo as descreve ao Sumo Pontífice Urbano VI:

*«Porem Santissimo Padre forão innumeraveis os perigos, em q[ue] por este respeito se vio esta vossa criatura. **Em todas partes via a morte diante dos olhos**, em todas o buscavam, os q[ue] se tinham por offendidos, **de dia, de noite, no publico, no secreto, em casa, fora della**, como o poderei maes exagerar? nos sagrados altares, onde se busca, & participa a vida ahi era eu buscado pera a morte. **Foime necessario cercarme de home[n]s d'armas, pera minha defeensão**, & pera temor daqueles, que a saberem conhecer o bem que de mim receberão, livrandoos de tãtos roubos, & sacrilégios, eles próprios me ouuerão de guardar (...)*³¹.

D. Lourenço Vicente (arcebispo entre 1374-1397, como já referimos) precisou de se rodear de homens de armas que lhe eram necessários em todas as horas e em todos os locais, até «em casa», o que parece justificar a necessidade de que a sua «casa» tivesse carácter defensivo do ponto de vista militar. Terá sido ele o responsável pela construção de alguma das torres mais tardias?

Queixas contra o arcebispo D. Lourenço feitas ao rei D. Fernando I, resultaram no facto de o rei retirar ao arcebispo a jurisdição sobre Braga após uma devassa para a qual tinham sido nomeados como Visitadores D. Pedro Tenório, bispo de Coimbra e bispo eleito de Toledo, e Vasco Domingues, chantre de Braga, que se fizeram acompanhar por Lopo Gomes, Meirinho-mor do Entre Douro e Minho; estes entraram em Braga em 1377, sendo Papa Gregório XI, com muita gente de armas, tudo resultando na deposição do arcebispo, confiscação dos seus rendimentos e ocupação de Braga por Lopo Gomes³².

Tendo, entretanto, morrido o Papa Gregório XI, o novo Pontífice Gregório VI, nomeou como juiz deste caso D. João, cardeal de Santa Sabina, que anulou todas as sentenças e

³⁰ Idem, p. 195-196; nesta passagem, D. Rodrigo da Cunha refere que traduz do latim documento no Tomo 2 do *Rerum Memorabilium*, fol. 50, verso. Sublinhados da minha responsabilidade.

³¹ Idem, p. 196; nesta passagem D. Rodrigo da Cunha, refere que traduz do latim documento no Tomo 2 do *Rerum Memorabilium*, fol. 50, verso. Sublinhados da minha responsabilidade.

³² Idem, p. 196.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

custas anteriormente aplicadas. Só em 1381 pôde o arcebispo D. Lourenço Vicente reunir Sínodo «*no jardim de seus paços*» no qual se tornou pública esta nova sentença. O rei D. Fernando I restituiu também ao arcebispo a jurisdição sobre a cidade de Braga³³.

Após a morte do rei D. Fernando I, D. Lourenço Vicente tomou o partido de D. João, Mestre de Avis, juntamente com D. João de Azambuja, então bispo de Coimbra, e o Chanceler-mor, João das Regras. Aquando do cerco de Lisboa por D. João I de Castela, D. Lourenço Vicente tomou a seu cargo preparar os navios e galés. Esteve presente nas Cortes de Coimbra de 1385. Participou de múltiplas formas na batalha de Aljubarrota (ouviu a confissão de D. João e deu-lhe o Santíssimo Sacramento, comunicou ao exército as indulgências que o Sumo Pontífice Urbano VI concedia aos que lutassem contra os cismáticos – os castelhanos seguiam o Antipapa Clemente VII -, tendo levado uma grande cutilada na face (da qual se foi depois curar a Nazaré pela grande devoção que tinha a Nossa Senhora da Nazaré) e logo dando morte ao agressor³⁴.

D. Martim Afonso Pires da Charneca (ou de Miranda; arcebispo de Braga entre 1398-1416) também acompanhou D. João na batalha de Aljubarrota. Para além disso, «*Fez no tempo das guerras [com Castela] muitas & mui notaveis entradas pello Reyno de Galliza (...)*»³⁵. Mais tarde, correspondendo à vontade do rei D. João I, renunciou ao senhorio da cidade de Braga mas com muitas excepções das quais destacamos as que dizem respeito aos paços: «*(...) **Que todos os officiaes de qualquer officio, q[ue] fossem serião obrigados a fazer, refazer e reparar os paços Arcebispaes, trazendo em seus carros, ou as costas madeira, pedra, cal , & outras achegas necessarias (...)***»³⁶.

*

Relativamente a D. Fernando da Guerra (1416-1467), sobre o qual os estudos mais profundos se devem a José Marques³⁷, para além das informações reveladas por este historiador relativamente às obras que mandou fazer nos paços e às quais nos

³³ Idem, p. 199-200.

³⁴ Idem, p. 201- 203.

³⁵ Idem, p. 216-217.

³⁶ Idem, p. 219. Sublinhados da minha responsabilidade.

³⁷ Cf., por exemplo, MARQUES, José, 1988 - *A Arquidiocese de Braga no Século XV*. Lisboa: INCM.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

referiremos mais adiante, queremos desde já lembrar que D. Rodrigo da Cunha recordava que «*Lavrou nos paços a sala que chamão de S. Giraldo, & mandou pintar no forro, & paredes della, a vida do santo, de quem era devotíssimo. Lavrou maes a caza grande, que chamão do ouro, como mostrão as suas armas (...)*»³⁸.

Mesmo um arcebispo como D. Luís Pires (arcebispo de Braga entre 1468-1480) que, a avaliar pelas suas *Constituições Sinodais* de 1477, se via a si próprio centrado em enormes responsabilidades no campo da acção pastoral, se viu envolvido em conflitos armados.

De facto, logo no *Titulo I* das suas *Constituições* apresenta-nos as suas primeiras preocupações e a gigantesca tarefa de reforma pela qual se sentia responsável:

«(...) *Grandes clamores e querelas do poboo de nosso arcebispado continuamente resoam em nossas orelhas do desamparo em que som postas quasy todallas egrejas e moesteiros do dicto arcebispado por causa dos negligentes rectores e beneficiados que se absentam e nom querem fazer residência pessoal em seus benefícios como som obrigados, mas assy <como> mercenários e nom pastores veem o lobo viir sobre as ovelhas e fogem deseparando-as e leixando-as ao lobo assy como se em ellas parte nom tevessem e virando-lhes as costas fazem que as nom conhecem nem as convidam pera os dooens e floridos prados dos sanctos sacramentos, em tal guisa que já em muitos lugares os fiees christãaos vivem como pagãos que per gram maravilha sabem já que hé missa nem confissom nem comunhom. E alguuas criaturas morrem sem baupismo e muitos homens e mulheres morrem sem confissom e nom há hi clérigo que os enterre e lhes faça o officio de christãao. E assy o tenporal como o espiritual se perde todo per negligencia dos dictos rectores e beneficiados, os quaaes aynda nom contentes da lãa e leite de suas ovelhas, acabado de recolherem e apanharem os fructos dos benefícios, se partem logo com eles e os vaam a comer e mal despender em outras partes, onde lhes apraz, com tanta soltura e segurança como se fossem bens patrimonaaes, leixando as ovelhas de Jhesu Christo no deserto assy como mesquinhas, deseparadas e roubadas dos fructos que trabalharom e suarom e lhos levam sem os merecerem. E com tanto desprezo trauctam as egrejas e os moesteiros e os e sanctuarios que muitas dellas mais parecem já estrabarias de bestas e porcigões de porcos que templo de Deus, os quaaes malles nom somente per ouvida mas per vista de nossos olhos vimos e experimentamos. **E porquanto a principal carga das almas de todollos do nosso arcebispado hé posta sobre nossos ombros***

³⁸ CUNHA, op. cit., p.235.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

e dellas avemos de dar conta com entrega ao grande mayoral [Cristo-Juiz] *o qual as demandará da nossa mão quando vier julgar os vivos e os mortos* [no Julgamento Final]. *E ainda os sanctos degredos nos constranguem que corregamos e emmendemos os malles assy nos clérigos como nos leigos e principalmente provejamos sobre os abbades, priores, rectores e beneficiados das egrejas se vigiam cada hum sobre sua manada que lhe per nós hé encomendada quando os nos dictos beneficios confirmamos e se lhes ministram os sanctos sacramentos aos tempos dividos e se fazem as outras cousas a que per razam de seus beneficios cada hum hé obrigado (...)*³⁹.

Como dizíamos, nem mesmo um arcebispo como D. Luís Pires (arcebispo entre 1374-1397, como já referimos) que, como se vê pelos excertos que reproduzi, estava preocupado, concentrado e decidido a reformar os males que via grassarem nesta sua arquidiocese de Braga, pôde escapar a conflitos armados. Assim, durante os últimos anos do seu arcebispado e até à sua morte em 1480, seguindo as palavras de D. Rodrigo da Cunha,

«(...) moraua então na cidade de Braga contra vontade do Arcebispo, hum fidalgo por nome Fernão de Lima Alcaide mór de Guimarães, o qual era filho terceiro de D. Lionel de Lima primeiro Bisconde de Villanoua de Cerueira, & senhor das terras de Coura & Valdeues. (...) Seus irmãos estauão apare[n]tados com todos os fidalgos mais poderosos (...) Fiado no poder próprio, & de tantos parentes, senhores da mayor parte de Entre Douro & Minho, tataua Fernão de Lima de encontrar ao Arcebispo em tudo quãto podia, fazendo por sy, & gente de sua casa, grandes aggrauos aos moradores da cidade, & maes vassalos do Arcebispo. (...) Ve[n]do Fernão de Lima q[ue] não podia conseguir seu inte[n]to, aju[n]tou muita ge[n]te de todos os cõcelhos ju[n]to a Braga, **& cõ mão armada entrou na cidade**, & depoes de fazer nella muitos insultos, **pos cerco ao castello**, pera tirar delle por força aos omiziados. (...)»⁴⁰.

*

Creio que estes breves extractos são demonstrativos das necessidades de defesa de carácter militar com as quais se viram confrontados muitos dos arcebispos de Braga, ao longo do século XIV e ainda durante a maior parte do século XV e que poderão ter justificado a construção de *domus fortis* que deveriam incluir também anexos

³⁹ Sinodico Hispanum, p. 75-76.

⁴⁰ CUNHA, op. cit., p. 252-253.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

residenciais (visíveis no mapa de Braunio), dos quais sobrevive aquele onde, no andar térreo, e depois de retiradas as arcadas que suportavam o sobrado do primeiro andar, se criou o espaço de auditório que hoje conhecemos como «Salão Medieval».

*

O Professor Doutor José Marques, entre os pergaminhos do Arquivo da Câmara Municipal de Braga, encontrou o pergaminho nº 7, uma carta de sentença do rei D. João I datada de 14 de Março de 1422 relativa a um pleito (conflito) entre os lavradores do couto de Braga e o arcebispo D. Fernando da Guerra que «*os fazia ir a Barcelos pela cal para os paços*» e referindo-se «*E que ora o arcebispo faz novamente hu[m]a tore nos seus paaços e outras obras novas em que servem com boys e carros e per corpos e a serrar madeira...*»⁴¹; D. Afonso V viria a dar sentença em 7 de Setembro de 1439 contra D. Fernando da Guerra e a favor dos lavradores do couto por considerar que o arcebispo lhes exigia geiras indevidas⁴².

A referência não a «paço» mas a «paços» leva-me a crer ser provável já existirem outras torres e anexo(s) residencial(is). É também provável que as «*outras obras novas*» incluíssem anexos residenciais perpendiculares e paralelos às torres, certamente anteriores aos inícios do século XVI e tal como aparecem figurados no mapa de Braunio de 1594.

Note-se que a carta de sentença de D. João I datava de 1422 e a sentença de D. Afonso V é de 1439, ou seja, tratou-se de obras de vulto que se estenderam longamente, já tendo decorrido 17 anos entre a primeira sentença e a segunda, ambas relativas a obras de D. Fernando da Guerra «*nos seus paaços*».

*

⁴¹ MARQUES, 1983, op. cit., p. 58; sublinhados da minha responsabilidade.

⁴² MARQUES, 1983, op. cit., p. 47; ver nota 12.

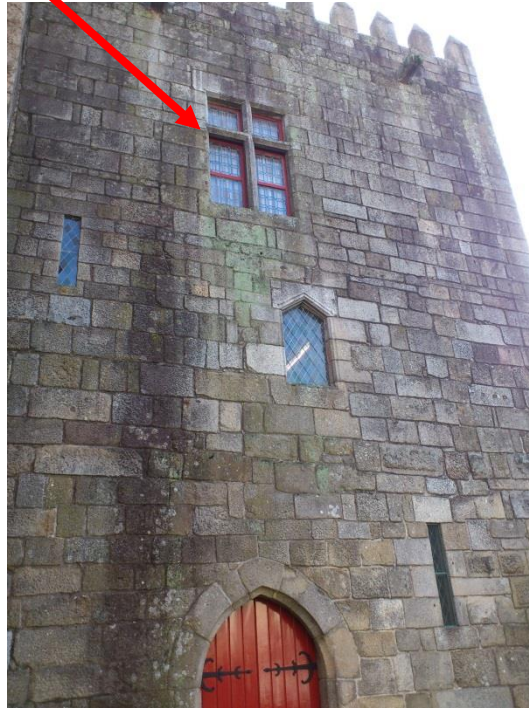
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

A janela cruzetada existente na terceira torre (se se baseia em subsistências) condiz com uma datação do século XV (também as há, quatrocentistas, por exemplo, no Paço dos Duques de Bragança de Guimarães).



Fotografia: Paula Bessa

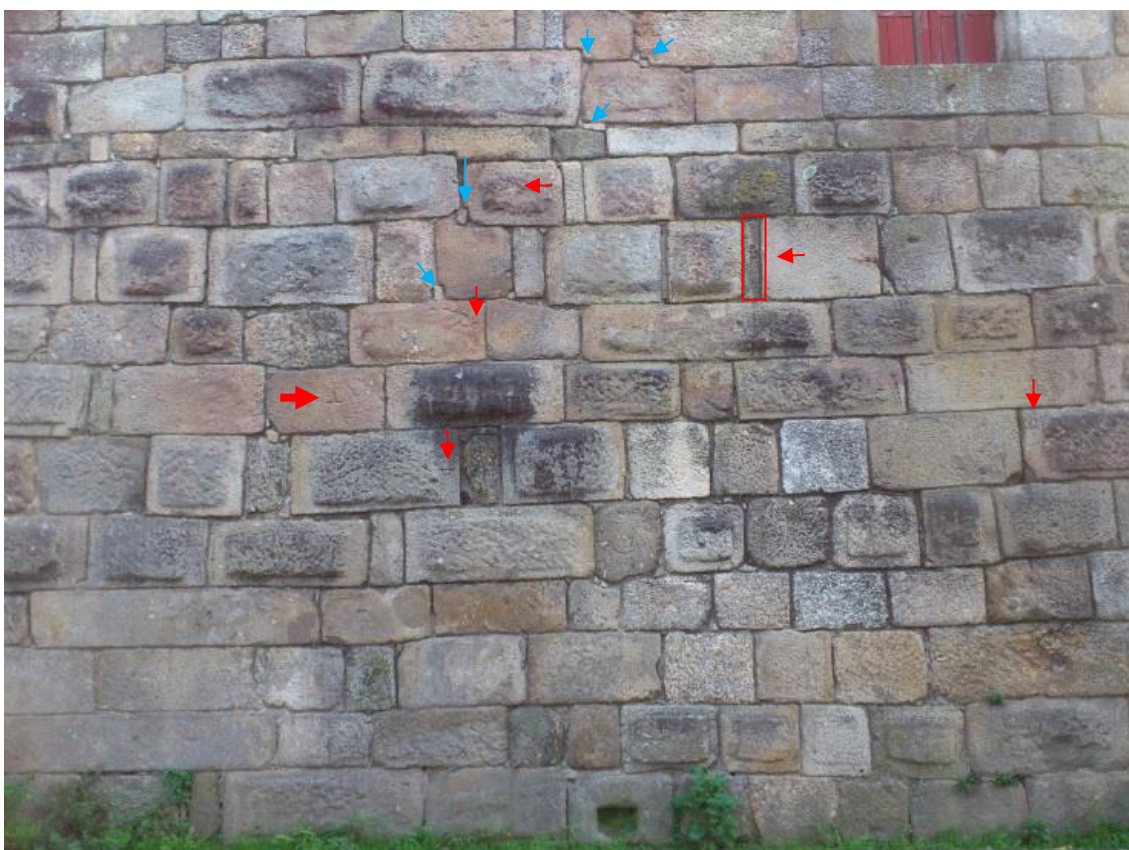
A terceira torre parece ter sido a única a dispor de portal para o exterior ao nível do 1º pavimento (R/C), o que talvez corrobore uma datação mais tardia para esta terceira torre.

Relativamente a esta terceira torre, um outro aspecto relevante que não devemos deixar de assinalar é o do uso de silhares em aparelho almofadado nas primeiras fiadas de, pelo menos, duas das suas paredes.

O aparelho almofadado foi muito usado na construção romana e creio que aquilo de que se trata aqui é de reutilização de silhares romanos (o que nos leva a pensar que, no século XV, em Braga, ainda devia haver considerável quantidade de construções romanas para «pilhar»...) como se poderá verificar pelo facto de os silhares almofadados não terem sempre a mesma altura por fiada, obrigando a «equilíbrios» engenhosos e, até, ao uso de «rolhas» (indicadas a azul). No entanto, alguns desses

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

silhares estão siglados, testemunhando que foi necessário que pedreiros os adaptassem à nova construção (siglas indicadas a vermelho). Aparece inclusivamente uma sigla em forma de abreviatura («Po»: Pêro?), tipo de sigla que, por vezes, era usada pelo mestre da obra. Tratar-se-ia de mestre Pero *Sanaschais* que, em meados de 1380, era um dos mestres trabalhando no castelo de Braga⁴³? Se assim fosse, talvez esta torre se pudesse atribuir à responsabilidade de D. Lourenço Vicente. Mas trata-se, evidentemente, de hipóteses frágeis, muito frágeis⁴⁴.



⁴³ MARQUES, 1983, op. cit., p. 47-48.

⁴⁴ Na verdade, estudando, dentro dos constrangimentos de tempo em que foi feito este estudo, as siglas presentes na torre de menagem do castelo de Braga, não encontrei paralelos que possa considerar comprovativos. Por outro lado, no seu conjunto, as siglas presentes na capela funerária de D. Lourenço Vicente (também conhecida por Capela de Nossa Senhora do Livramento ou dos Reis) são bastante diferentes das que pudemos identificar quer nesta terceira torre quer no acrescento ao anexo residencial ao qual nos referiremos mais adiante.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



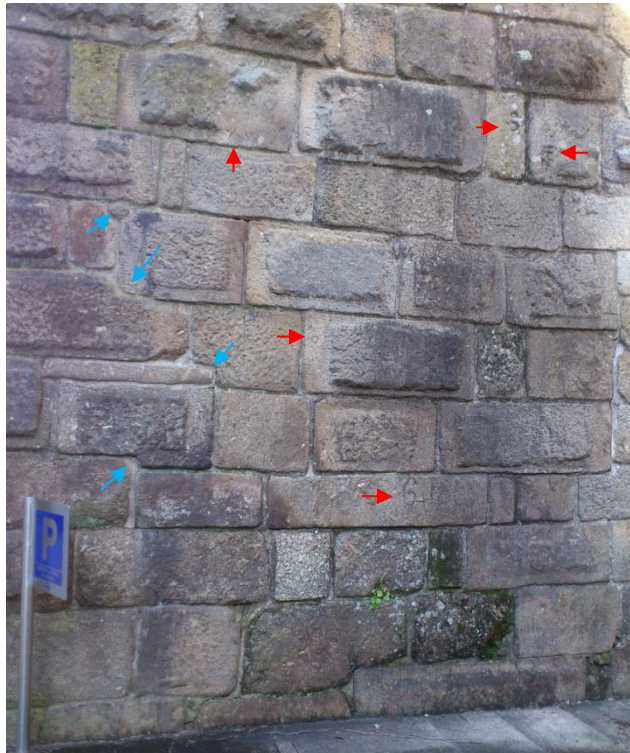
(Fotografias: Paula Bessa)

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



(Fotografia: Paula Bessa)

*

Já vimos que D. Martim Afonso Pires da Charneca (ou de Miranda; arcebispo de Braga entre 1398-1416) renunciou ao senhorio da cidade de Braga para corresponder à vontade do rei D. João I, mas assegurando-se de «(...) *Que todos os officiaes de qualquer officio, q[ue] fossem serião obrigados a fazer, refazer e reparar os paços Arcebispaes, trazendo em seus carros, ou as costas madeira, pedra, cal , & outras achegas necessarias (...)*». Sabemos também pela documentação descoberta e dada a público pelo Prof. Doutor José Marques que, por exemplo, o arcebispo D. Fernando da Guerra (arcebispo de Braga entre 1416-1467) forçou, numa atitude de abuso (porque não tinha tal direito), os «*lavradores do couto de Braga*» a trabalharem de graça nas obras que «(...) *ora o arcebispo faz novamente hu[m]a tore nos seus paaços e outras obras novas em que servem com boys e carros e per corpos e a serrar madeira (...)*»⁴⁵.

Estas referências indicam que, pelo menos, estes arcebispos recorriam a trabalho que lhes era prestado sem que tivessem que o pagar. No entanto, a presença de siglas (marcas de pedreiro, usadas, individualmente, por cada um) parece indicar que, quer

⁴⁵ MARQUES, 1983, op. cit., p. 58 . Sublinhados da minha responsabilidade.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

na primeira, quer na terceira torre (em menor escala), quer no anexo habitacional tardo-medieval que se conserva, para além do recurso a trabalho obrigatório (ou forçado) e não pago, se recorreu simultaneamente a pedreiros aos quais se pagava (e que queriam deixar a sua marca nos silhares que talhavam como prova do trabalho que efectivamente haviam feito).

Não me foi possível fazer um estudo aprofundado destas marcas⁴⁶, o que nos poderia dar informações muito interessantes. O estudo sistemático das siglas existentes em qualquer uma das torres e no anexo residencial poderia indicar-nos o número de pedreiros envolvidos; no caso de haver certos tipos de siglas nas bases das construções e outros tipos de siglas a outros níveis (o que poderá não ser tão relevante no caso do anexo residencial pelo facto de as paredes do seu andar superior terem sido desmontadas e reconstruídas), isso indicar-nos-ia diferentes fases de trabalho realizadas por diferentes pedreiros. Pelas razões que se depreendem do que disse, estes estudos a que dei início deveriam, no meu entender, ser continuados e concluídos.

Tentei uma primeira abordagem de comparação entre as siglas presentes na torre de D. Gonçalo Pereira e as existentes na sua capela funerária para tentar perceber se teria recorrido aos mesmos pedreiros numa e na outra obra.

No âmbito deste trabalho, apenas deixo alguns exemplos de siglas identificadas (a vermelho).

Na Torre de D. Gonçalo Pereira identifiquei muito poucas siglas:

⁴⁶ As siglas só são bem visíveis com luz rasante. Ou seja, é necessário, num dia de sol, fazer o levantamento das marcas quando a luz nelas incide de forma rasante, o que acontece em diferentes horas do dia para cada fachada de uma construção conforme é orientada a norte, sul, este, oeste. O levantamento sistemático e o estudo de siglas exigem tempo. Durante o período que pude dedicar a este trabalho, pelas razões já expostas, não me foi possível dispor do tempo necessário a um levantamento sistemático de siglas nos edifícios em que consideraria necessário fazê-lo: nas três torres, no anexo residencial, na capela funerária de D. Gonçalo Pereira e respectiva torre defensiva e na capela funerária de D. Lourenço Vicente. Mas esse estudo deveria ser feito.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Torre de D. Gonçalo Pereira («x», «báculo simples»; fotografias: Paula Bessa)

Já na capela funerária deste arcebispo, foi-me possível identificar as seguintes:



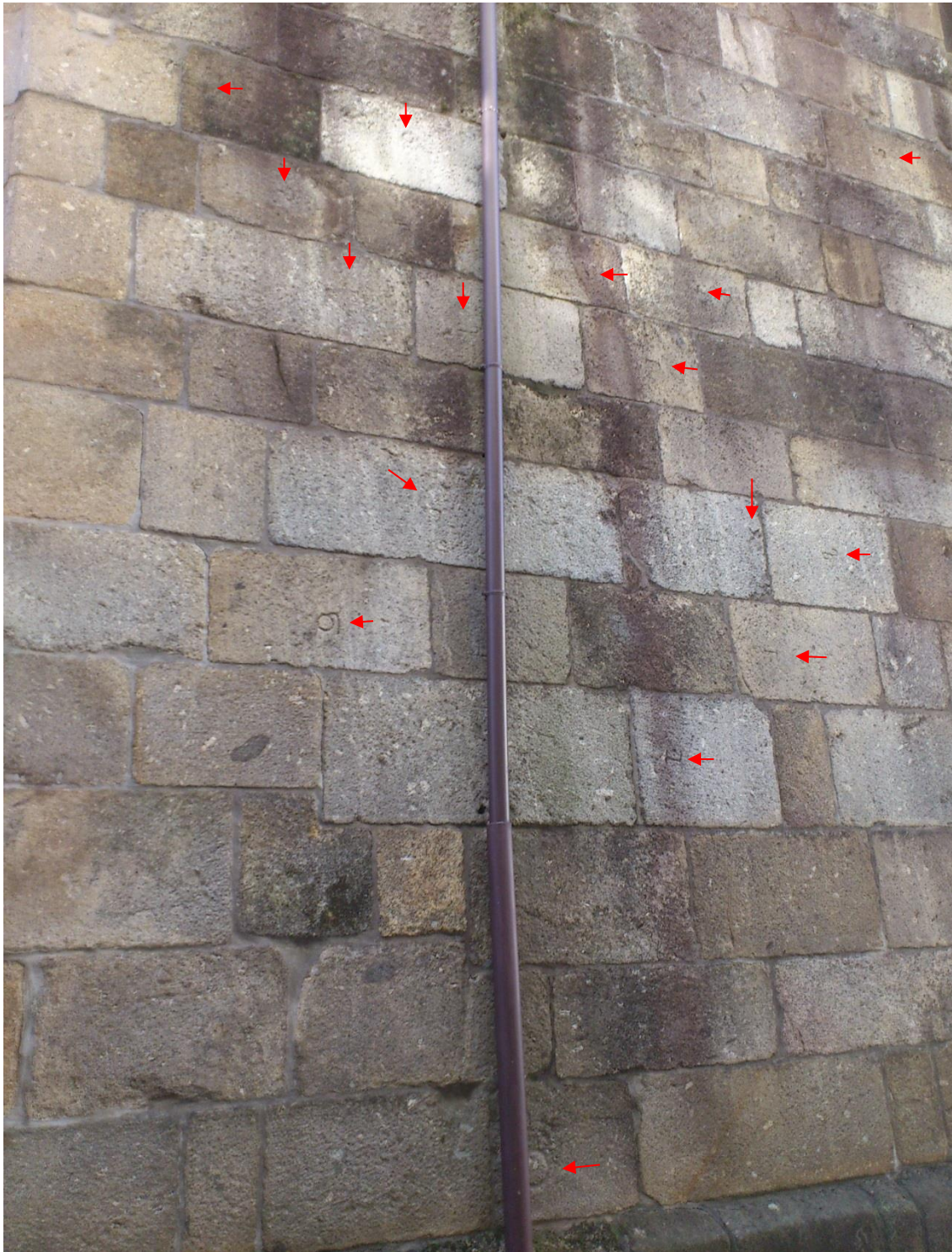
Capela funerária de D. Gonçalo Pereira («P ou D?o», «báculo», «caracol»; fotografias: Paula Bessa)

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Torre da capela funerária de D. Gonçalo Pereira («x», «+», «o», «S», «C», «I», etc.;

fotografia: Paula Bessa)

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



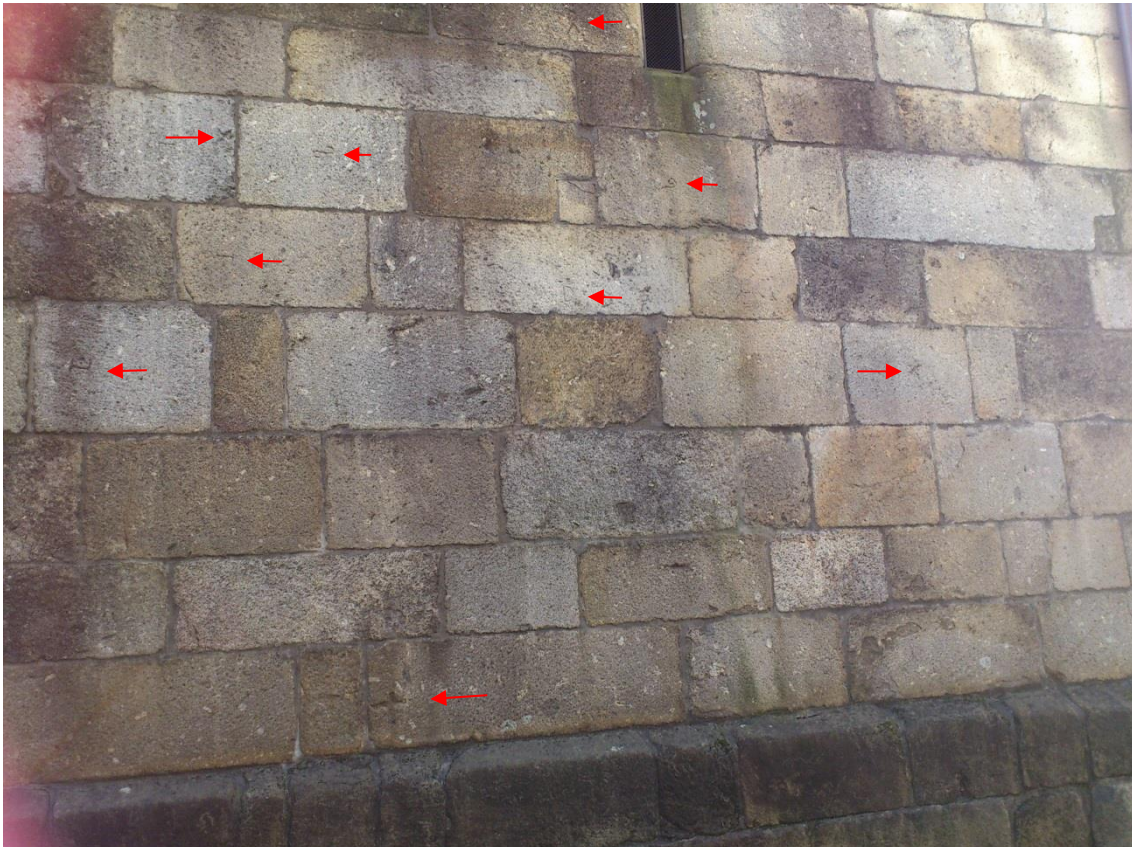
Torre da capela funerária de D. Gonçalo Pereira («D», «S», «o», «l», «I», «laçada», «báculo»;
fotografia: Paula Bessa)

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Torre da capela funerária de D. Gonçalo Pereira («x», «+», «D», «S», «o», «1», «I», «laçada»;
fotografia: Paula Bessa)

*

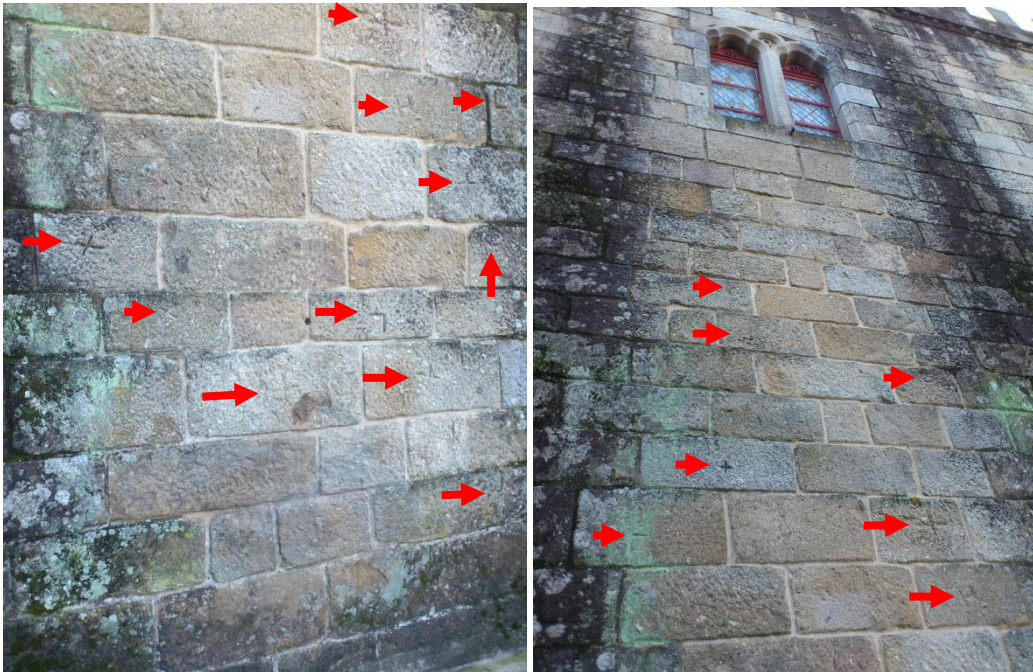
Ora, ao nível da base do anexo residencial, na fachada voltada ao pátio atrás da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles», encontramos uma significativa variedade de siglas («x», «+», «L», «I», «caracol», «G invertido», «z», «o», «S») cada uma identificando um pedreiro:

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Anexo residencial (fotografias: Paula Bessa)

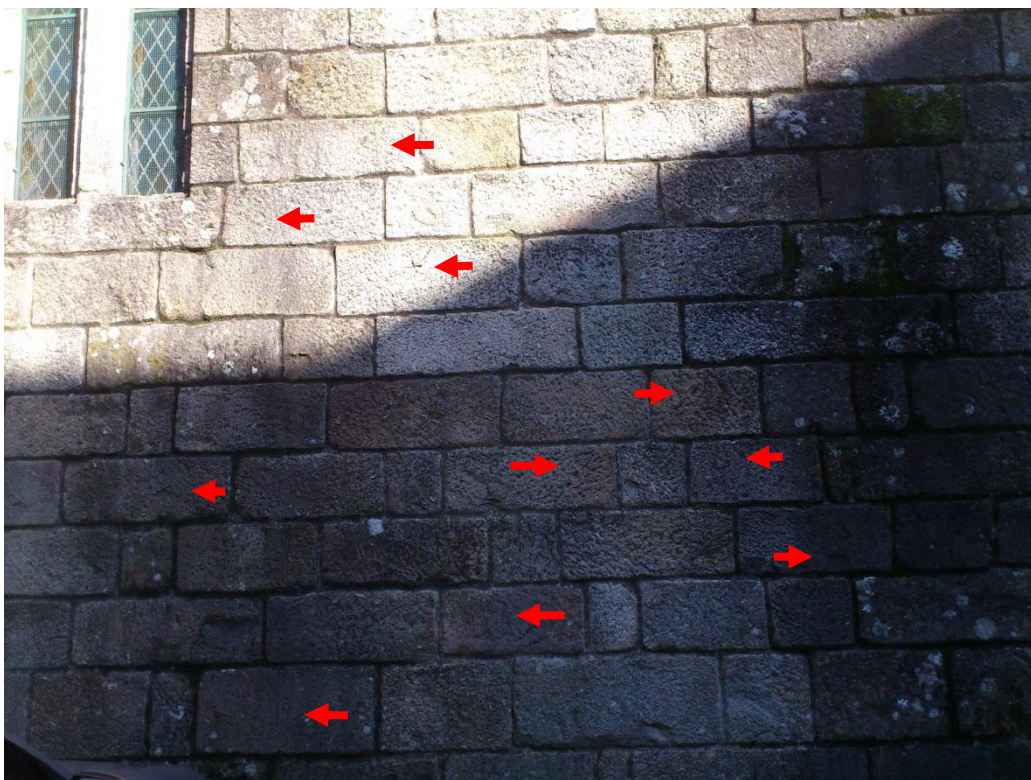
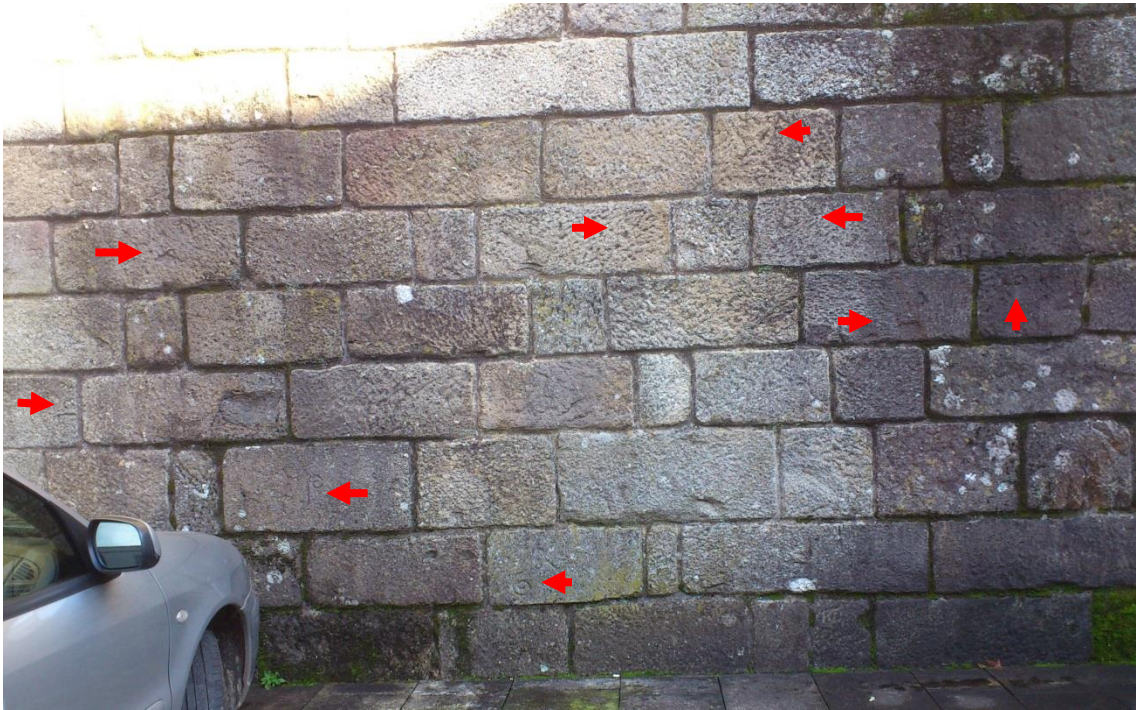
Neste anexo, na fachada oposta, virada às traseiras do Paço de D. José de Bragança, encontrei siglas iguais às já indicadas («+», «I», «L», «caracol»; aparentemente em muito menor proporção do que na outra fachada) mas também algumas outras («báculo», «laçada»):

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Anexo Residencial (fotografias: Paula Bessa)

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Anexo residencial (fotografia: Paula Bessa)

A sigla com a forma «x» aparece na torre de D. Gonçalo Pereira no «Paço» e também na torre da sua capela funerária. Mas, mais, algumas formas de siglas que aparecem na torre anexa à capela funerária de D. Gonçalo Pereira aparecem também no anexo residencial tardo-medieval que subsiste no «Paço». Será que quem, pelo menos, deu início a este anexo residencial foi D. Gonçalo Pereira? Existe também uma certa semelhança entre a janela que se encontrava entaipada no primeiro andar deste anexo antes da intervenção da DGEMN e as janelas da parede fundeira da capela funerária de D. Gonçalo (se estas corresponderem a pré-existências e não a obras de restauro⁴⁷):

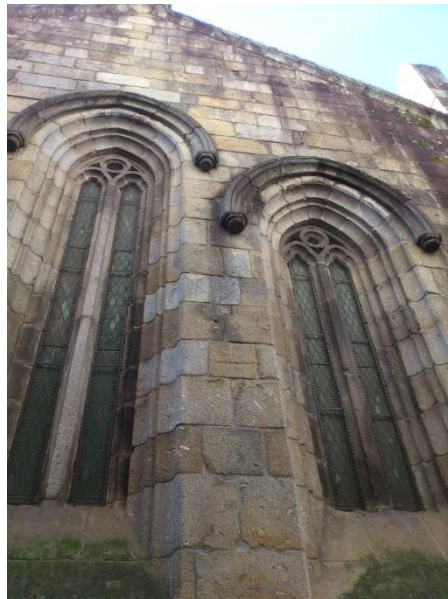
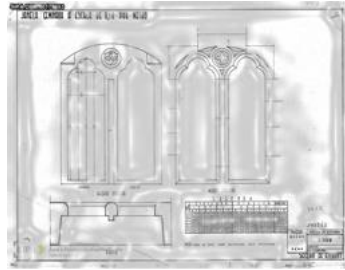
⁴⁷ Não consegui esclarecer este assunto porque, consultando o arquivo fotográfico on-line da DGEMN, o site do IHRU estava constantemente a entrar em «colapso» e não consegui, em nenhuma das minhas numerosas tentativas, ver todo o arquivo fotográfico que inclui mais de 1000 fotografias.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Note-se, no entanto, que este anexo residencial foi recebendo alterações ao longo do tempo como as próprias fotografias e desenhos de pré-existências anteriores à intervenção da DGEMN de 1930-1933 demonstram.

Assim, por exemplo, creio que o tipo de pilares em que assentavam as arcadas que se encontravam no piso térreo deste único anexo residencial tardo-medieval que subsiste poderá corresponder a uma cronologia do 2º quartel do século XV:

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Podemos elencar outros tipos de alterações a que estes edifícios medievais estiveram sujeitos. Se até data recente (provavelmente até à intervenção de conservação e restauro da DGEMN no século XX) tudo parece indicar que não se criaram ligações entre as três torres ao nível térreo, respeitando a lógica defensiva original, o mesmo não aconteceu ao nível dos pisos mais elevados como se pode ver na planta da DGEMN relativa ao «2º pavimento» na qual são visíveis várias portas de comunicação entre as torres; algumas destas portas poderão ter sido criadas ainda num período tardo-medieval como algumas fotografias documentando a intervenção da DGEMN parecem testemunhar.

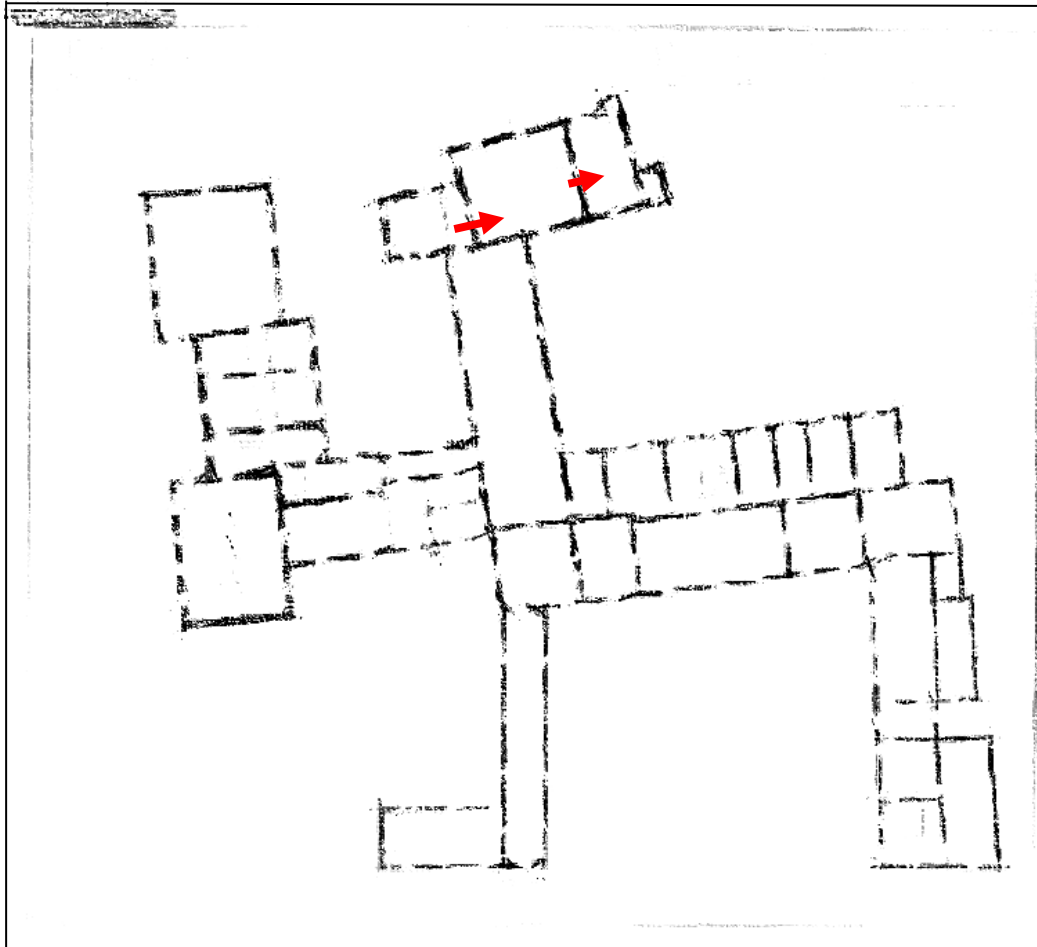
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Veja-se o original SIPA DES.00044459



Veja-se o original SIPA FOTO. 00551246



*

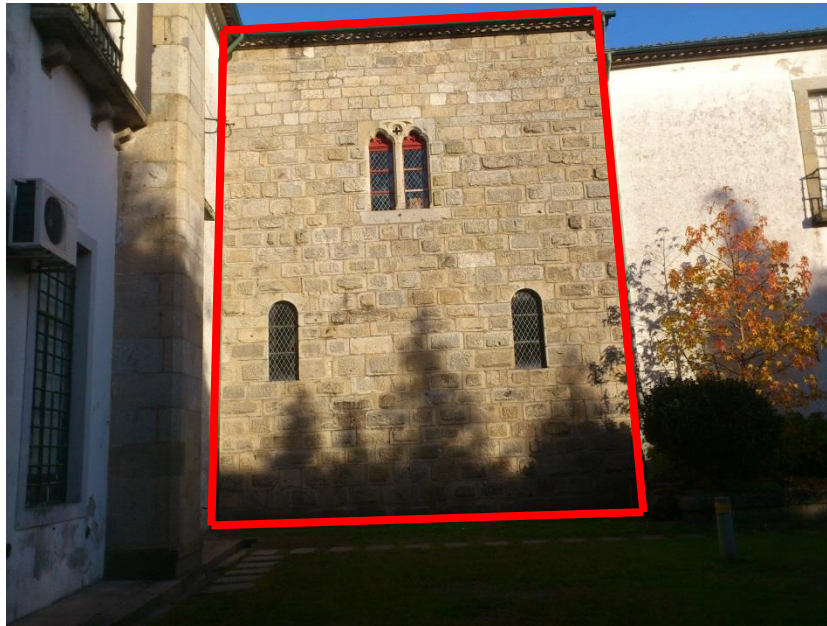
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

É possível que este anexo residencial tenha tido uma ampliação posterior como parece indicar a reutilização frequente de silhares almofadados (como na terceira torre), havendo siglas comuns nessa ampliação e na terceira torre:



Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Anexo Residencial (fotografias: Paula Bessa)

Como as fotografias anteriores à intervenção da DGEMN e os desenhos de pré-existências feitos pela própria DGEMN demonstram, estas quatro construções

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

medievais, em uso ao longo de séculos, mostravam-se profundamente alteradas com um andar construído sobre as torres (que recobria até as ameias da torre de D. Gonçalo), rebocos, modificações do traçado de portas e janelas, abertura de outras novas onde nunca haviam existido, acrescentando-se a estes edifícios originais outros, à medida das necessidades de quem os mandou construir.

Enfim, esta é uma situação normal: quanto mais antigo for um edifício, mantendo-se em uso, mais ele poderá ter sido sujeito a mudanças para o adaptar a novas necessidades funcionais e a novos gostos.

5. A INTERVENÇÃO DA DGEMN NAS TORRES

Coloca-se, então, o problema: de entre o que vemos hoje, o que era «original» e o que é de restauro? A resposta terá que ser encontrada na consulta das fotografias e desenhos de existências e de desenhos de projecto da DGEMN.

Nas últimas décadas, parece ter-se tornado lugar-comum tecer críticas demolidoras relativamente às intervenções da DGEMN, o que talvez tenha desempenhado papel não despidendo no encerramento – que muito lamento - dessa instituição no final dos anos 90. Fica o leitor desde já advertido de que não me encontrará como seguidora dessa atitude.

Quanto a mim, avaliar restauros dos anos 30 do século XX de acordo com critérios acordados em reuniões internacionais dos finais desse século ou, até, já, do século XXI, é um exercício de anacronismo, se não for pura demagogia.

Entendo que tudo o que fazemos é fruto das nossas circunstâncias (técnicas, financeiras, programáticas, de conhecimento, de carácter cultural, etc.) e, conseqüentemente, é datado; assim, as intervenções em património edificado, as da DGEMN dos anos trinta do século XX, ou as do século XXI, são, inexoravelmente, datadas, e, assim como olhamos para os restauros do passado, assim os vindouros olharão para os restauros que actualmente se fazem. Acredito que devemos olhar criticamente seja para o que for, trate-se de intervenções de restauro dos anos 30 do século XX ou das primeiras décadas do século XXI, ou trate-se de outra realidade qualquer; mas uma coisa é o exercício de um pensamento crítico, outra, uma atitude de agressividade demolidora que pressupõe que existe um conhecimento absoluto inerente ao presente. Conhecimento absoluto? *Wishfull thinking*, como se diz em inglês.

Curiosamente, e ao contrário do que parece acontecer em Portugal, quer em França, quer, por exemplo, na Catalunha ou em Itália, a crítica às intervenções feitas no passado não se reveste da agressividade que é frequente em Portugal e essas intervenções, em muitos casos, são até conservadas como testemunho da forma de

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

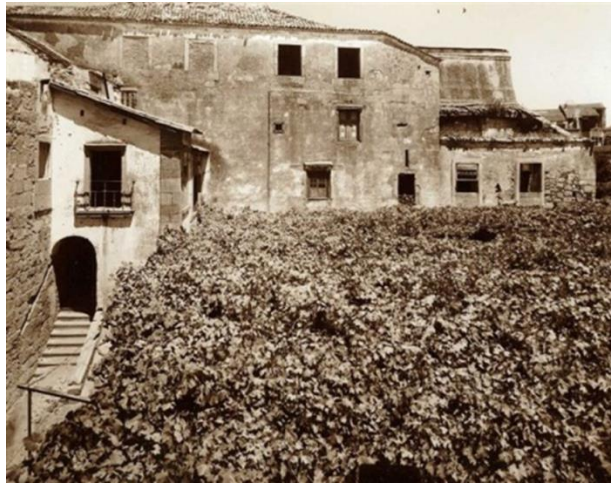
O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

intervir em património (edificado ou outro) característica de uma determinada época⁴⁸.

*

O que é que apareceu sob os rebocos do edifício «*without ryme nor reason*» nas traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles»?



Os desenhos de «existências» elaborados pela própria DGEMN e as fotografias falam por si:

⁴⁸ A título de exemplo, poderão ver-se perspectivas recentes sobre modos de intervir relativamente à conservação de pinturas murais nos inícios do século XX como em ESTELLER, Eduard Carbonell i, PARETAS, Montserrat Pagès I, SÒRIA, Jordi Camps I, MAROT, Teresa, 1998- Guide. Art Roman, Barcelona, Museu Nacional d'Art de Catalunya, p. 11-12("*L'intérêt pour les fresques romanes s'était également intensifié de manière remarquable dans le monde du commerce de l'art. Ce phénomène est à la base d'une tentative d'exportation des fresques, qui comptait avec l'aide de techniciens italiens dans l'arrachage de peintures à fresque. La Commission des Musées avec Joaquim Folch i Torres à la tête de la Section d'Art Médiéval et Moderne du Musée depuis 1918, régit à temps et freina l'opération, mais les peintures de l'abside centrale de Mur partirent pour le Museum of Fine Arts de Bóston. Non sans qu'un débat interne ait eu lieu, il fut décidé que les peintures seraient transférées à Barcelone et installées au Musée (...)*"; cf., igualmente, as páginas seguintes a propósito da constituição da coleção de pinturas murais deste museu) ou BORSOOK, Eve, 1995 – La sauvegarde des peintures murales en Italie de 1960 à 1993: un bilan, "Revue de l'Art, vol. 108, p. 49-60 (neste artigo, Eve Borsook faz uma revisão crítica da salvaguarda de pinturas murais em Itália no período em análise, por vezes referindo intervenções anteriores; segundo esta autora, em Itália, nem sempre as críticas aos restauros antigos tiveram em consideração as condições em que se encontravam as peças e as técnicas então à disposição dos restauradores; relativamente ao destacamento do ciclo de pinturas murais do séc. XV na catedral de Prato em 1964-65, frescos que se encontravam com terríveis problemas de desagregação do reboco, Eve Borsook diz mesmo "*Les detracteurs actuels n'ont jamais dit ce que l'on aurait pu faire d'autre à cette époque, et personne n'avait encore envisagé la possibilité d'un traitement à l'hydroxyde de baryum.*" (idem, p. 51); relativamente aos destacamentos diz Eve Borsook "*Ce qui les a rendu caducs, c'est le traitement à l'hydroxyde de baryum, mis au point après les inondations de 1966 par l'équipe dirigée par Enzo Ferroni à l'université de Florence, en collaboration avec le restaurateur Dino Dini. (...) Pour l'instant, c'est simplement la meilleure technique dont on dispose pour maintenir sur leur support mural bon nombre de fresques fragilisés.*", idem, p. 51).

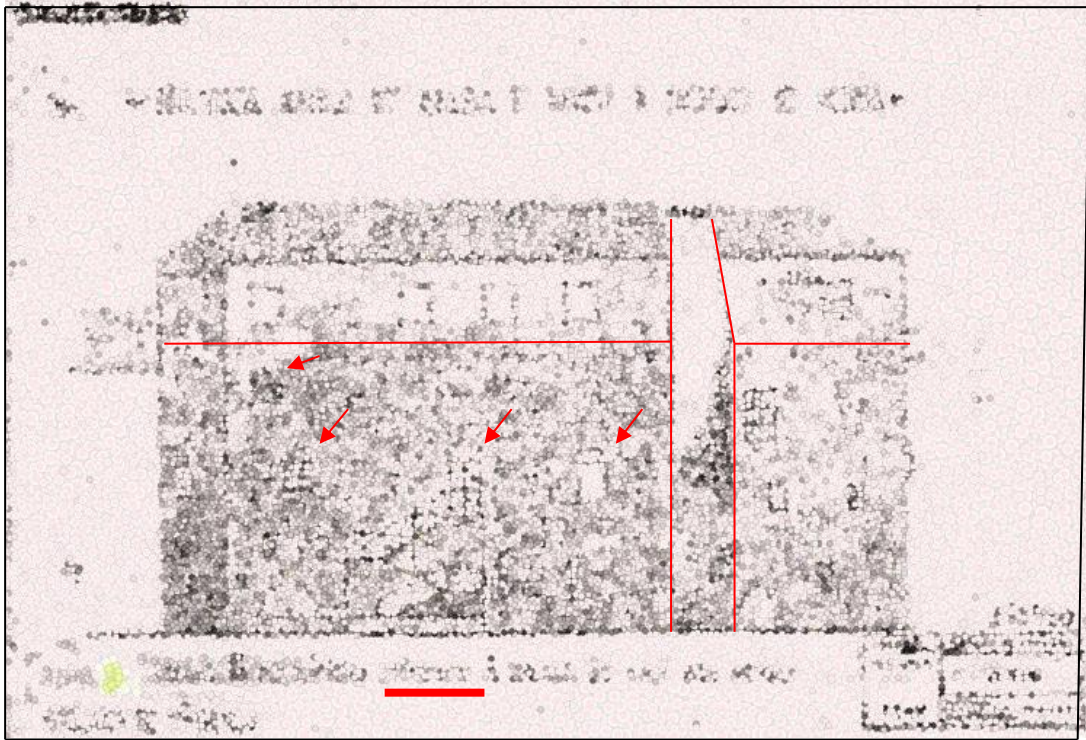
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

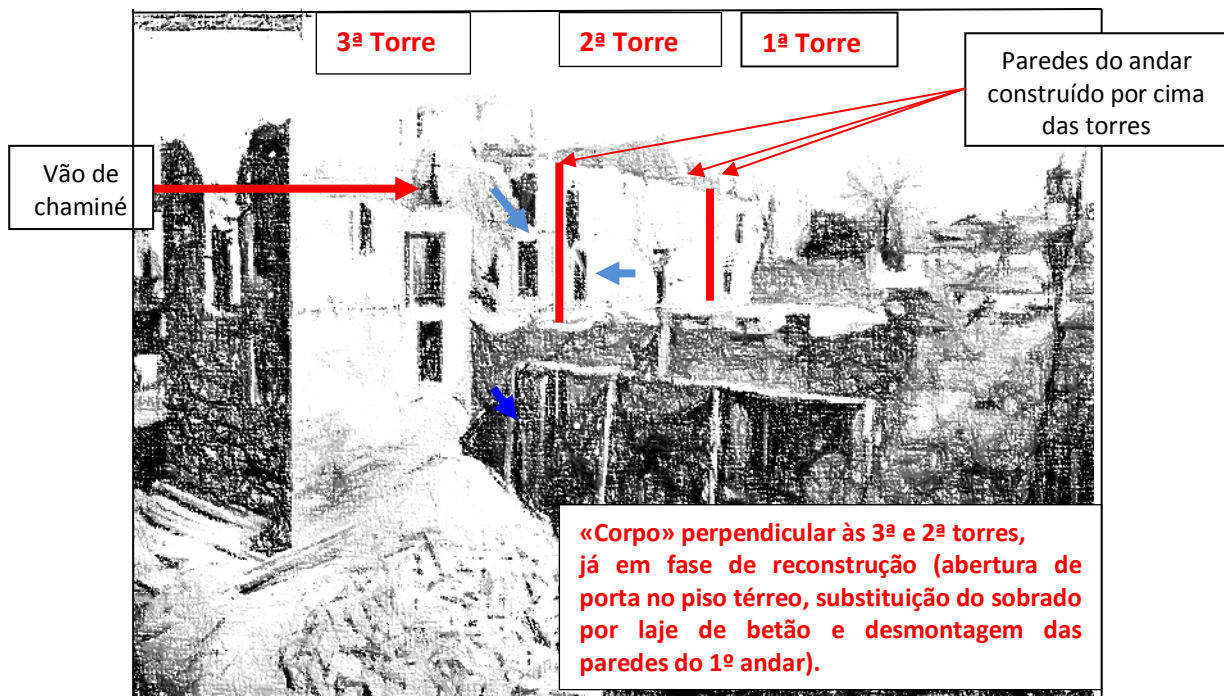
O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

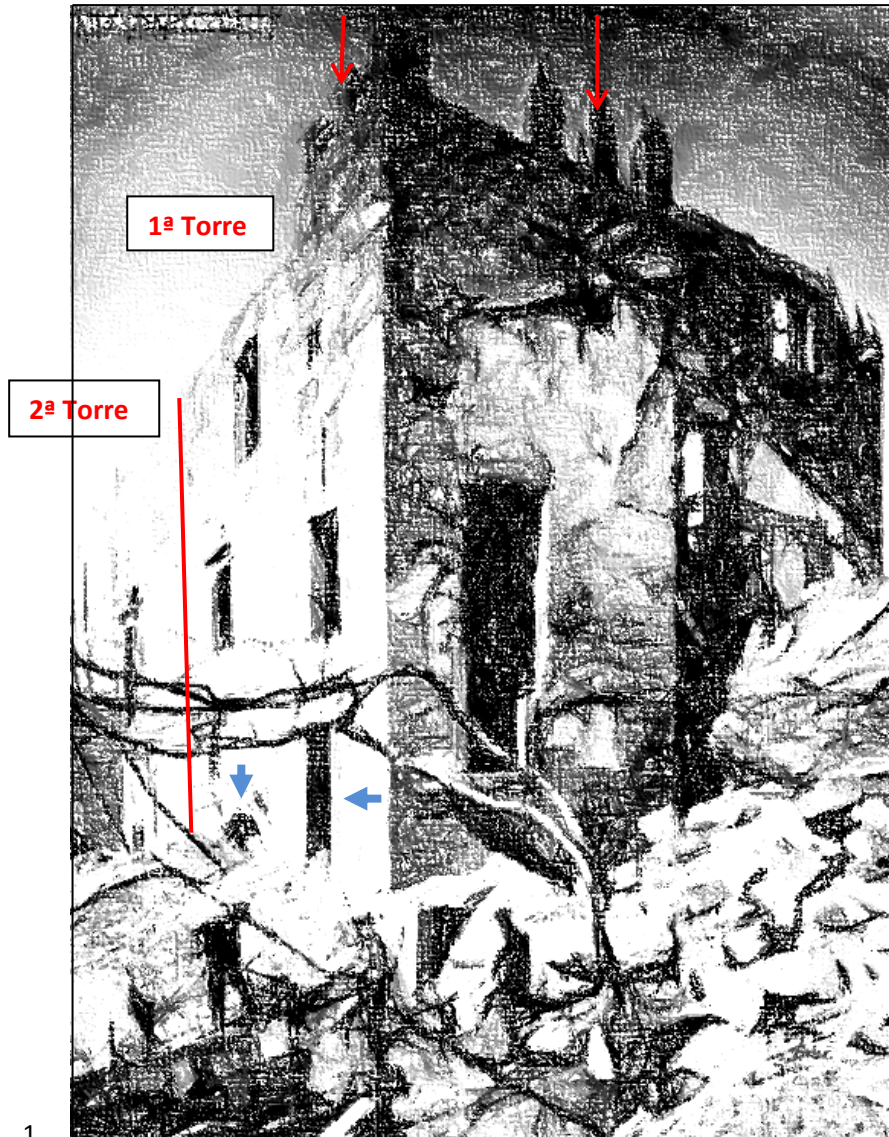
Veja-se o original SIPA DES.00175900



Veja-se o original SIPA FOTO 00551191



Veja-se o original SIPA FOTO. 00551196



1.

Note-se que foi quando se retiraram os rebocos e se desmantelou o andar que havia sido construído sobre as torres que apareceram restos de ameias ou ameias inteiramente conservadas sobre a torre de

D. Gonçalo Pereira; note-se também que, nesta torre de D. Gonçalo, os portais ao nível térreo – assinalados com setas a azul – são tardios, um, provavelmente do século XVI e outro, provavelmente, do século XVIII.

O que se fez, então, nas torres? Devemos ter em mente que estavam recobertas de rebocos, com um andar acrescentado no topo e que só quando se retiraram as argamassas que cobriam as paredes foi possível tomar consciência do que verdadeiramente se escondia sob elas.

Se havia qualquer ideia prévia do que fazer aqui, deixou de ser aplicável perante a descoberta da existência destas três torres medievais que, no entanto, exibiam a

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

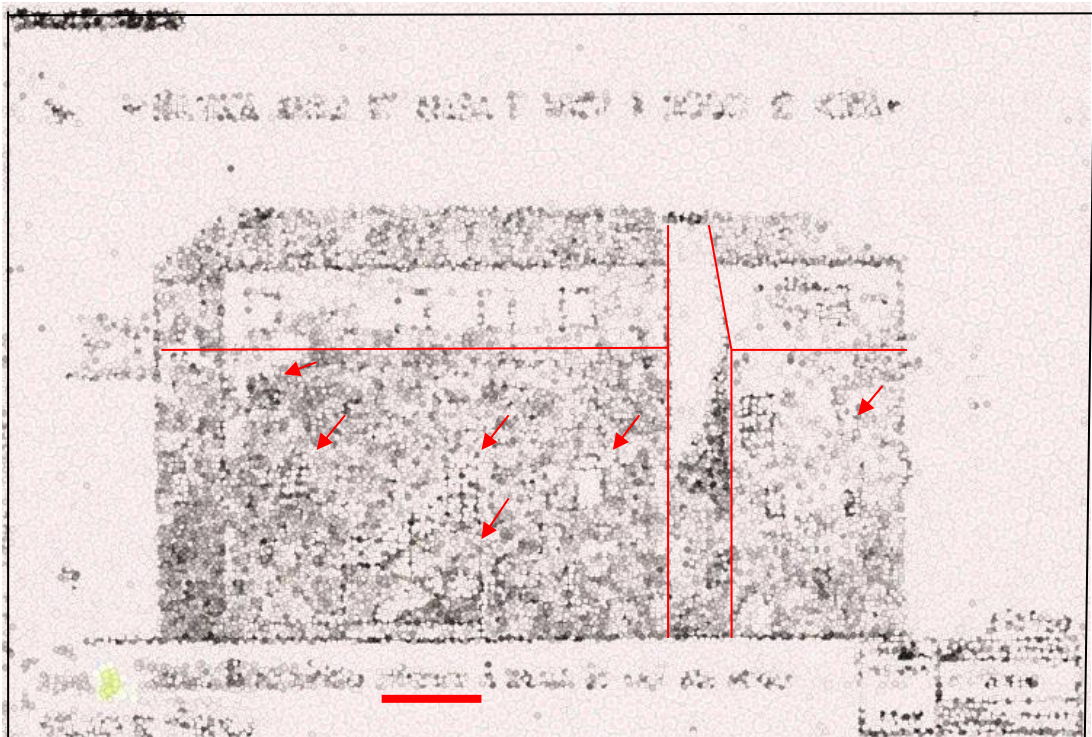
O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

marca, quer exteriormente, quer interiormente, de sucessivas alterações como se verifica nos desenhos de «existências» que a DGEMN elaborou e nas fotografias que foram acompanhando o andamento dos trabalhos.

O que fazer? Hoje, provavelmente, deixar-se-ia que permanecessem os testemunhos das diversas intervenções que estas três torres haviam sofrido. Nos anos 30, mais propriamente entre 1930 e 1933, a intervenção da DGEMN procurou valorizar os testemunhos medievais remanescentes nessas construções. Vejamos o desenho de levantamento de existências relativo às fachadas viradas à rua nova que se abriria, denominada inicialmente como do Eng^o José Frederico Ulrich, hoje Rua de Eça de Queirós:

Veja-se o original SIPA DES.00175900

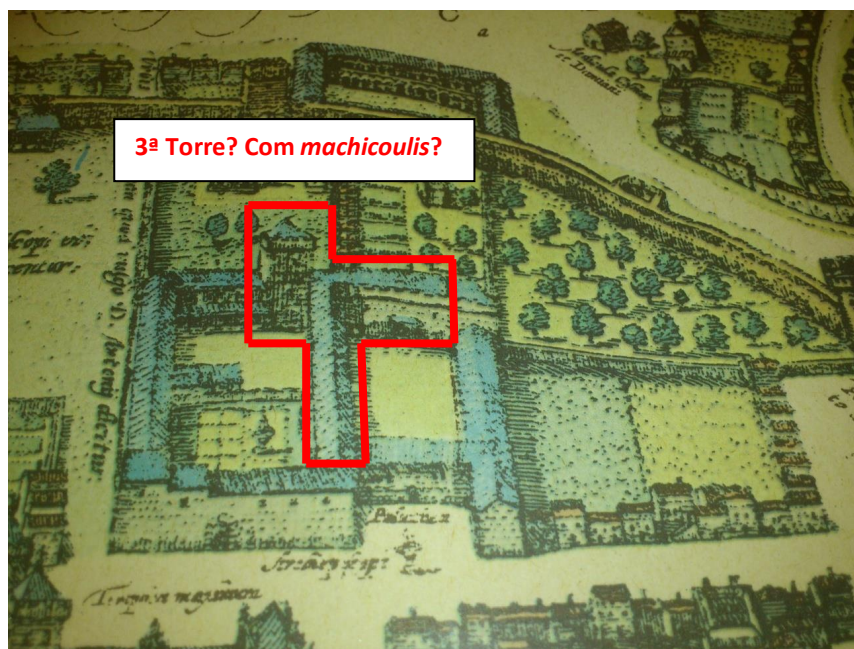


O desenho de existências deste alçado é anterior ao desmantelamento do último andar (acrescentado às torres medievais) mas permite ver que muitos dos vãos tinham sido alterados mas que se mantinham os arcos quebrados de muitas das janelas, ainda que parcialmente ou totalmente entaipados. A opção que a DGEMN aqui seguiu foi a de retirar os acrescentos (andar superior, escada exterior servindo a porta ao nível do

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

1º andar da segunda torre e chaminé) e desentaipar os topos dos portais e janelas em arco quebrado, góticos, recuperando a forma medieval desses vãos.

Foi, aliás, ao dismantelar o andar superior acrescentado sobre as torres que apareceram as ameias no topo da torre de D. Gonçalo e, seguindo esse modelo, foram coroados os topos de todas as torres com essa tipologia de ameias (o que, não sabemos se aconteceria originalmente; por exemplo, no mapa de Braunio, datado de 1594, as ameias não parecem ter esta tipologia «pentagonal», parecem antes ser «de peito», mais largas do que altas, uma tipologia que foi vulgar no período tardo-gótico). No mapa de Braunio figura-se uma imponente torre – a terceira? mas colocada numa posição bastante mais desalinhada em relação ao «corpo» residencial perpendicular - que parece dispor de *machicoulis*⁴⁹, machicoulis esse que, a ter existido, não sobreviveu até ao século XX (aliás o andar construído sobre as torres já aparece no «mapa de André Soares»).



⁴⁹ Uma espécie de balcão sobre matacões, pétreo, mas rodeando todo o topo da torre e que permitia o tiro vertical. Um bom exemplo pode ser visto na torre de menagem do castelo de Melgaço.

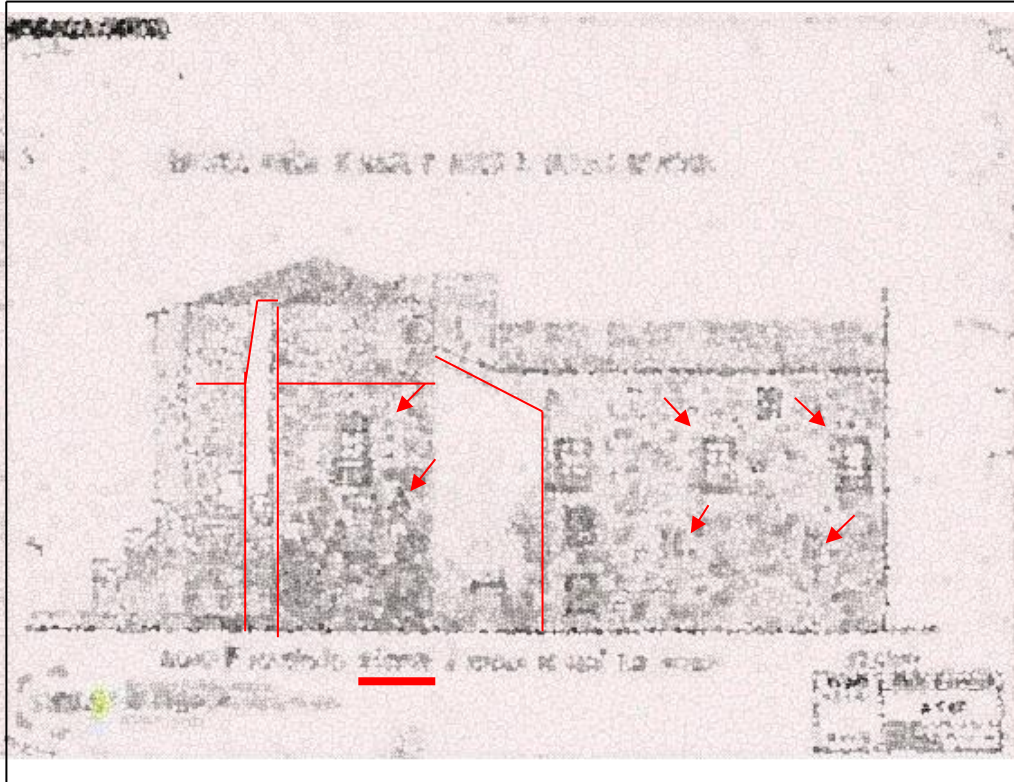
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Veja-se o original SIPA DES.00175899



Relativamente a uma outra fachada da terceira torre (e do anexo habitacional que lhe é perpendicular) dispomos de um desenho de existências de alçados que nos leva a crer que foi seguido o mesmo critério de intervenção.

Interiormente, a partir do 1º andar, sabemos que foram encontradas nas paredes partes de arcadas de portas que permitiam reconstituir o seu desenho geral e que, muito provavelmente, serviram de modelo ao desenho e execução de mais do que uma porta interior.

Veja-se o original SIPA FOTO 00551246



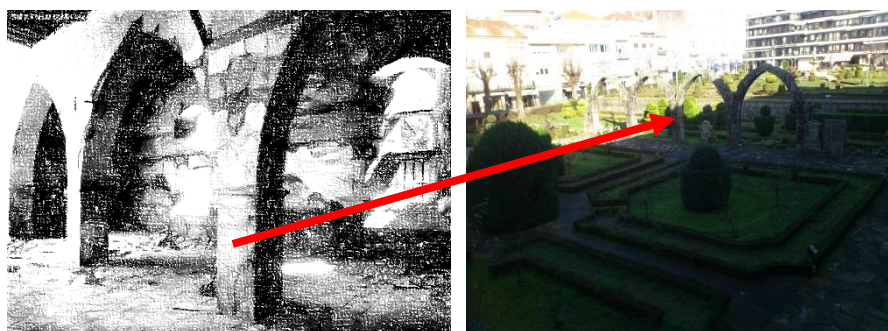
Observando as pré-existências documentadas em desenhos e fotografias e comparando-as com os projectos e obras efectivamente realizados talvez possamos enunciar alguns dos critérios seguidos, determinados em parte pela necessidade de retirar rebocos para avaliar a robustez das construções:

- desmantelamento de acrescentos posteriores, sobretudo se considerados sem interesse funcional ou arquitectónico (andar superior acrescentado sobre as torres, escada exterior de acesso à segunda torre, chaminés exteriores das segunda e terceira torres);
- desentaipamento e tentativa de reconstituição do desenho original de vãos (portas e janelas) exteriores e interiores;
- uso de elementos originais subsistentes como modelo para utilização repetida e sistemática nos diversos edifícios tardo-medievais (ameias – apenas encontradas na torre de D. Gonçalo mas colocadas, e com a mesma tipologia, no coroamento de todas as construções medievais -; portas e janelas – cujo desenho, por vezes objecto de tentativa de reconstituição - talvez se tenha seguido em locais onde não havia certeza de terem existido com esse desenho).

6. A INTERVENÇÃO DA DGEMN NO EDIFÍCIO TARDO-MEDIEVAL PERPENDICULAR ÀS TORRES

As fotografias de que dispomos parecem indicar que esta construção não se encontrava rebocada, ou pelo menos não o estaria completamente, o que permitiria perceber que este «corpo» do «Paço» era de origem medieval.

Aqui a intervenção da DGEMN foi pesada uma vez que se pretendeu corresponder à vontade de criar o auditório que faltava na cidade (e que veio a corresponder ao actual «Salão Medieval»; aparentemente, em 1930-1933, não havia nenhum auditório amplo em Braga, por surpreendente que nos pareça); para esse efeito, retiraram-se as arcadas que, no piso térreo, suportavam o sobrado (em madeira, portanto) do segundo piso, arcadas essas que agora se encontram no pátio, nas traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles» e colocadas perpendicularmente a ela:



Por outro lado, e como se explicita na documentação da DGEMN, uma vez que se pretendia conservar documentação preciosa do antigo Arquivo Arquiepiscopal no piso superior, entendeu-se que, para evitar ou, pelo menos, minimizar riscos de incêndio, seria aconselhável substituir o sobrado por laje de betão⁵⁰:

⁵⁰ Cf. «Memória» (13 de Novembro de 1930), SIPA TXT 05577 248. Neste documento e nesta página (cf. cota citada) esclarece-se que se pretendia que os “*pavimentos dos arquivos, depósitos de manuscritos e livros*” fossem “*em cimento armado, a fim de evitar, a certo ponto, qualquer sinistro de incêndio*”.

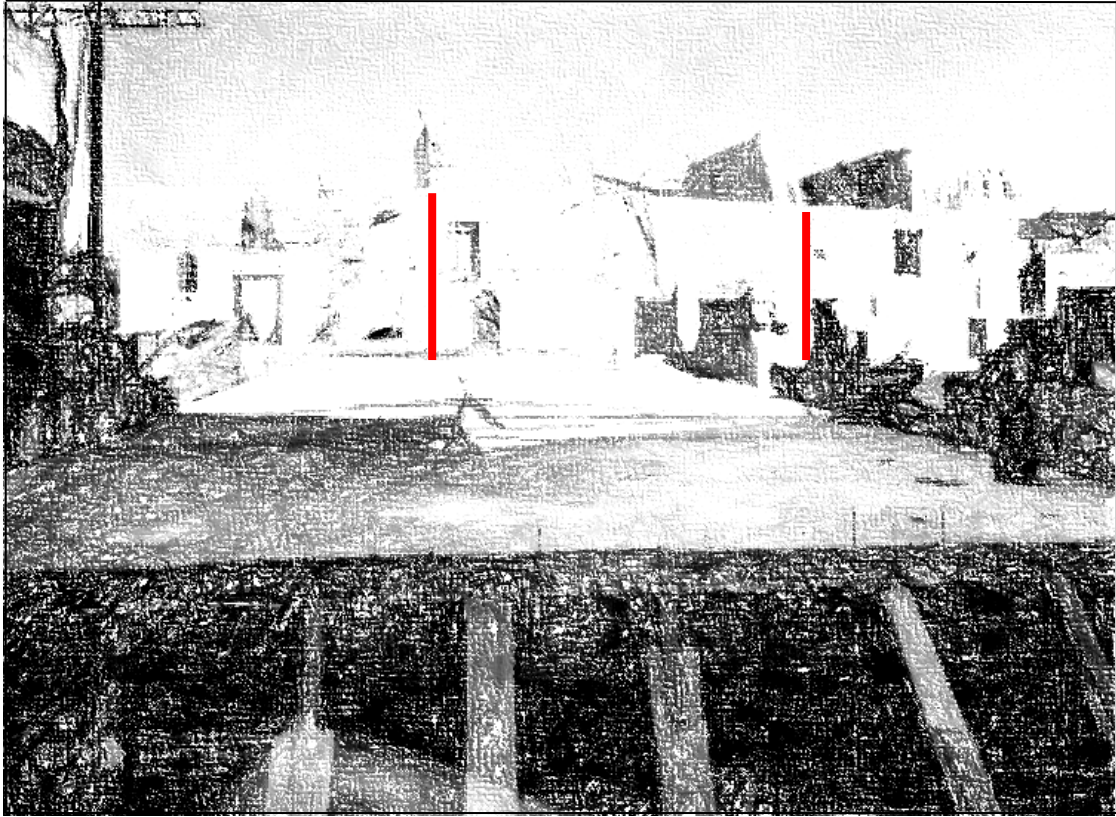
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Veja-se o original SIPA FOTO.00551190



Estas duas razões de carácter funcional (criar um amplo auditório e substituir o sobrado por betão para evitar risco de incêndio que pudesse afectar a documentação a colocar no piso superior) determinaram decisões de intervenção que se consubstanciaram em alterações da estrutura original (retirada das arcadas do piso térreo, substituição do sobrado de madeira por laje de betão, desmantelamento – e posterior reconstrução – das paredes laterais deste anexo ao nível do 1º andar). Foram também feitas alterações estruturais ao nível dos vãos, particularmente com a abertura de portas para dar acesso ao piso térreo, quer a partir do exterior, quer a partir do interior das torres e de outros espaços integrantes do complexo dos Paços Arcebispais.

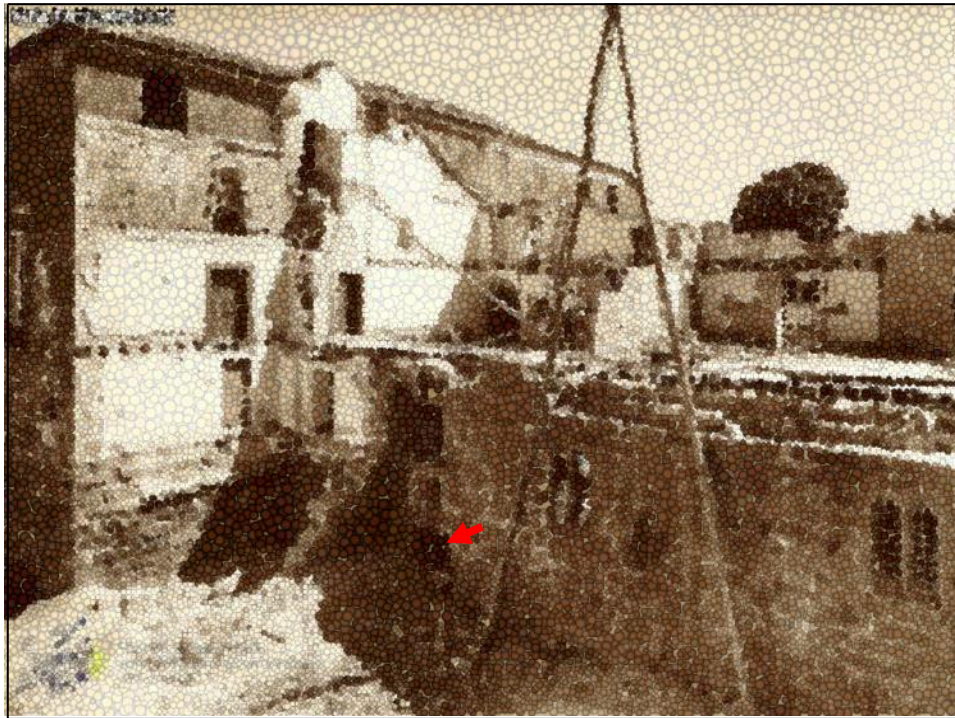
Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

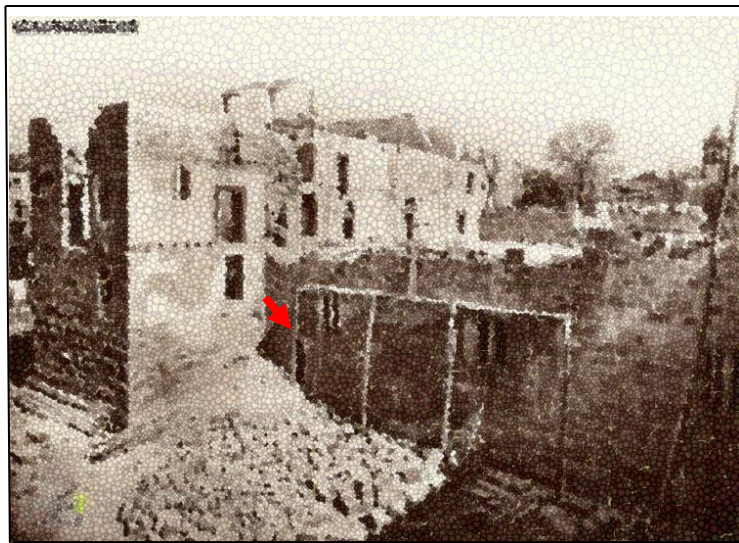
O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Veja-se o original SIPA FOTO.00551175



Veja-se o original SIPA FOTO.00551191



Também aqui nos parece que se seguiu o critério de, havendo elementos originais (por exemplo, como se documenta na fotografia abaixo, gárgula, cornija com bolas e, talvez, parte de ameia sob o telhado; janela geminada com arcos trilobados de gosto gótico), se usarem esses elementos como modelo a repetir sistematicamente ao longo de todo o segundo piso desta construção, seguindo o ritmo, do qual havia evidência,

Paula Bessa

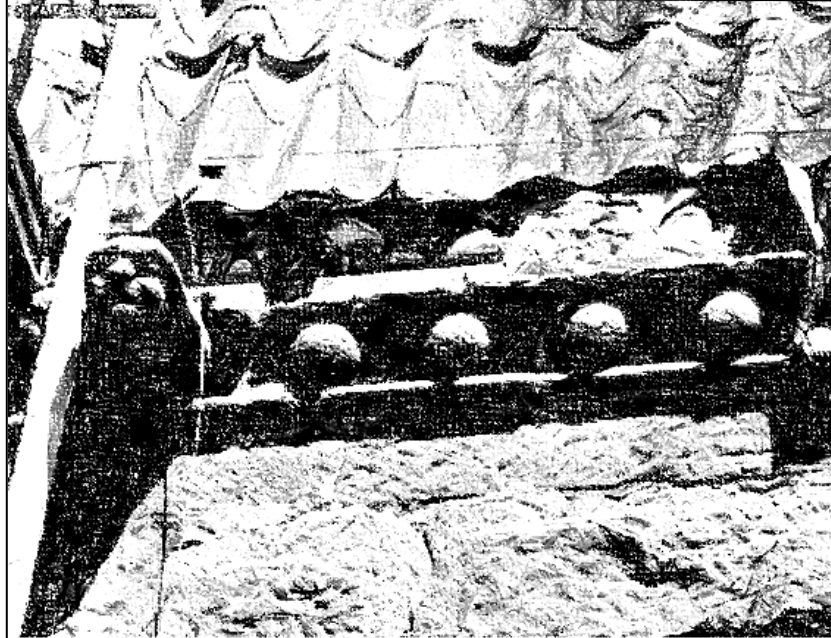
(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

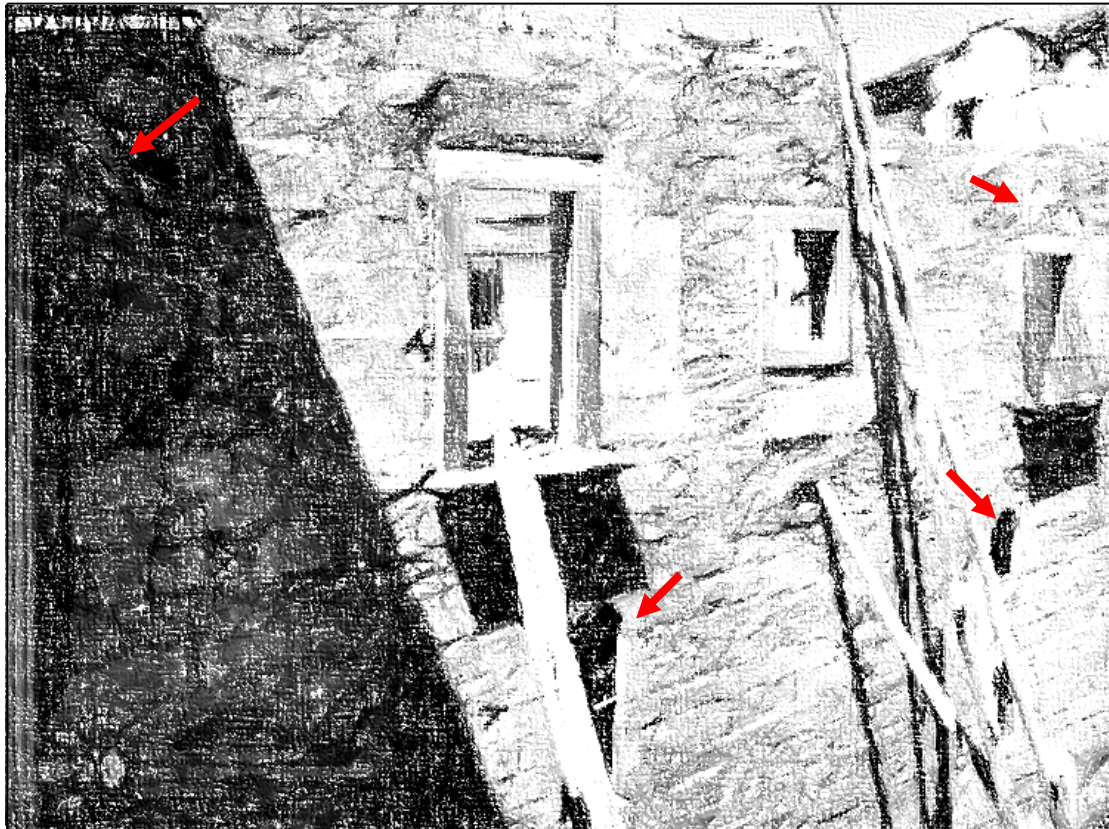
de alternar o alinhamento das janelas do segundo piso com o das frestas do piso térreo em ambas as fachadas.

Veja-se o original SIPA FOTO.00551179

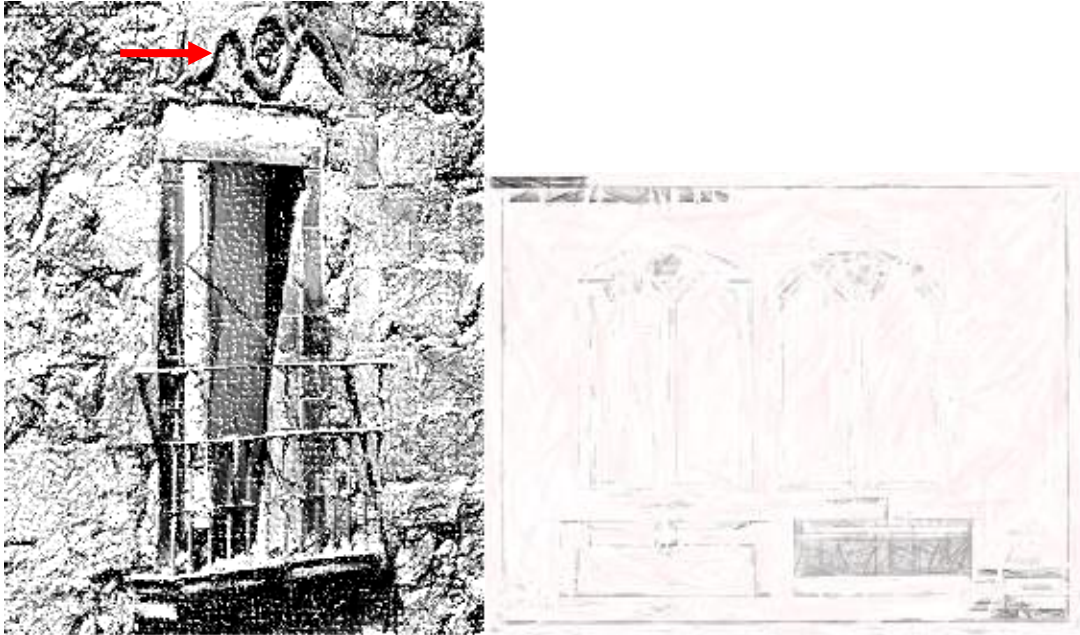


Note-se a gárgula, parte de friso e, talvez, parte de ameia

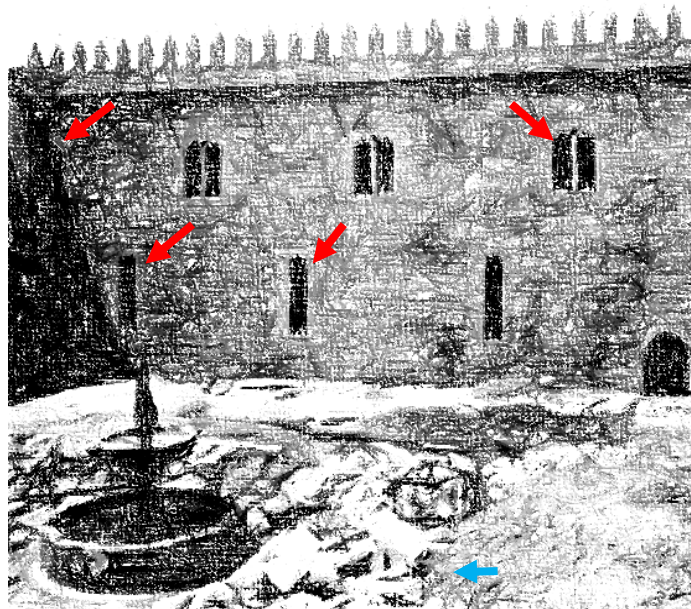
Veja-se o original SIPA FOTO.00551170



OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Exemplo de topo de janela que, provavelmente, serviu de base para o desenho – ao que parece, em tudo o resto, conjectural – de janelas para a fachada do «corpo» perpendicular às torres virada ao pátio nas traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles».



Digamos que não se trata de total, completa e desenfreada invenção. Parte-se de exemplares de elementos arquitectónicos e/ou decorativos efectivamente subsistentes, por vezes reconstituindo-se o seu desenho.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

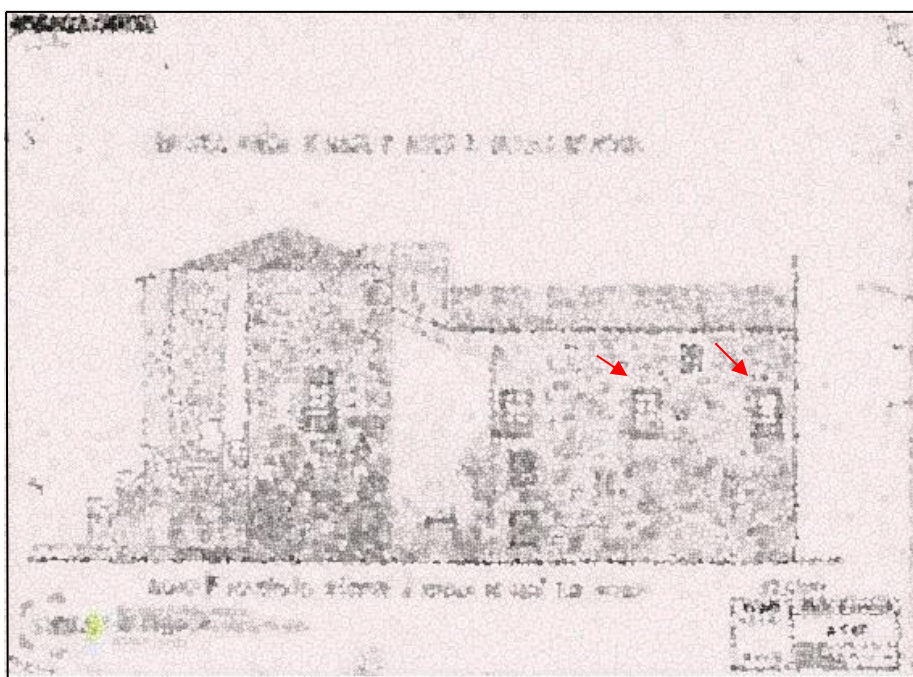
A invenção poderá estar na «extrapolação», quero dizer, no uso repetido e sistemático destas formas ao longo de toda a construção (por exemplo, ameias pentagonais que, efectivamente, subsistiam na torre de D. Gonçalo, e cujo uso é generalizado a todos os topos de todos os edifícios de origem medieval).

Relativamente ao «corpo» perpendicular às torres e ao uso generalizado de gárgulas (e seu ritmo de colocação) e de cornija (com friso com bolas) ao longo de todo o seu topo, o que temos que perguntar é: havia – ou não – subsistências? Ou tratou-se, mais uma vez, de «extrapolação» à escala de todo este edifício a partir de alguns poucos exemplos efectivamente encontrados?

Neste «corpo» perpendicular às torres, a escolha de fazer intercalar sempre o ritmo dos vãos do segundo piso com o dos do piso térreo em ambas as fachadas (não tendo os vãos as mesmas formas no R/C e do 1º andar), parece apoiar-se nas subsistências.

O que já não parece apoiar-se nas subsistências é o uso da mesma forma de janelas geminadas com arcos trilobados em ambas as fachadas, uma vez que esse tipo de topo de janelas existia de facto na fachada virada ao pátio nas traseiras da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles» mas, como parece mostrar o desenho de existências do «Alçado F», na outra fachada, se havia frestas duplas no R/C, apenas parece ter havido janelas em arco quebrado no 1º piso.

Veja-se o original SIPA DES.00175899



7. O «PAÇO» NO SÉCULO XVI

É necessária pesquisa documental nova para tentarmos saber com mais detalhe e precisão o que se foi fazendo ao longo do século XV e ao longo do século XVI no «Paço», pesquisa essa que, pelas razões que já expliquei, não pude fazer. Assim, e depois dos comentários que fiz aos edifícios tardo-medievais dos séculos XIV e XV, tentarei compreender que obras se foram levando a cabo ao longo do século XVI.

Dadas as condições a que este trabalho de investigação esteve sujeito, apenas tentarei compulsar informação documental e bibliográfica publicada que nos ajude a compreender de que forma o «Paço» se foi desenvolvendo ao longo de Quinhentos. Dispomos também de um mapa da cidade de Braga datado de 1594, o conhecido mapa de «BRAUNIVS», nome latinizado; para facilitar as referências, e aportuguesando, doravante referir-nos-emos a esse mapa como mapa de «Braunio». A colecção de mapas de Braunio inclui os de várias cidades portuguesas para além de Braga, como é o caso de Coimbra e de Lisboa. Aquilo para que quero chamar a atenção é para o facto de a recolha de informação relativa a cada mapa ter podido ser feita num determinado momento e a data de publicação do mapa ser outra, mais tardia; ou seja, no caso de Braga, o mapa está datado de 1594 mas a informação recolhida e que o mapa reflecte poderá ser anterior, até uns anos anterior. Uma vez que dispomos deste mapa, creio que será um exercício interessante, tentar ver se as informações documentais ou epigráficas que temos poderão corresponder ao que é figurado no mapa. Claro que este exercício tem um carácter meramente experimental, interrogativo e de apresentação de hipóteses. Mas, não é a enunciação de problemas e de hipóteses absolutamente inerente a qualquer exercício reflexivo marcado pelo método científico?

*

Conhecemos, pelo menos, algumas obras da responsabilidade do arcebispo D. Diogo de Sousa (arcebispo de Braga entre 1505-1532) que foram documentadas no *Memorial das obras que D. Diogo de Sousa mandou fazer*⁵¹:

«(...) Fez hum jardim antre os paços da See, no qual da banda da See fez hu[m]a sotea muito grande sobre colupnas da banda do jardim e da banda da rua tem hu[m]a yanella ferrada e hu[m]a porta que sai a rua em direito da capella de Dom Gonçalo (?) a qual sotea he toda lavrada de quantaria com seus poyões e toda olivellada. E da banda de baixo fez hu[m]a camara terreira olivellada e ladrilhada com hu[m]a yanella de ferros, pera a rua e outra pera o jardim, o qual mandou ladrilhar todo de quantaria de lisonja como na See.

O dito yardim he repartido em quatro quartos e em cada quarto estão quatro laranjeiras afora os caminhos.

Fez no dito jardim hu[m]a fonte allta com pee e pia a qual pia e pee parece ser das melhores do reino. E fez [vir] a agoa da fonte da calçada por alcatruzes à dita fonte e della corre por duas naves do jardim per duas calles descobertas. E assy fez nelle duas cadeiras de pedraria grandes e hu[m]a escada de pedraria muy grande e boa a qual vai ter no jardim à camara maior de cima com seus pátios ladrilhados e o maior deles olivellado sobre colupnas.(...).

Fez de novo hu[m]a escada a estes paços da banda de fora no terreiro diante deles que não sohia d'aver nenhuma, a quall he de pedraria com seu patio em cima olivellado, grande sobre colupnas e seis arcos e ladrilhado de pedraria de lisonjas. E sendo a dita escada de dez palmos em ancho cada hum dos degraos he de hu[m]a soo pedra. E he a melhor lavrada que ataa este tempo se fez no Regno.

Mandou fazer na calçada dante os paços arcebispaes hum chafariz de novo pera receber a agoa da pia porque o outro era roto, velho e mall feito. (...)»⁵².

⁵¹ Arquivo Distrital de Braga, Registo Geral, Livro 330, fols. 316-334v. Nesta ocasião, uso a transcrição feita por COSTA, Avelino de Jesus da, 1993 – *D. Diogo de Sousa. Novo Fundador de Braga e Grande Mecenas da Cultura* in «Homenagem à Arquidiocese Primaz nos 900 anos da dedicação da Catedral». Braga, Academia Portuguesa de História, p. 98-117.

⁵² COSTA, idem, p. 113.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

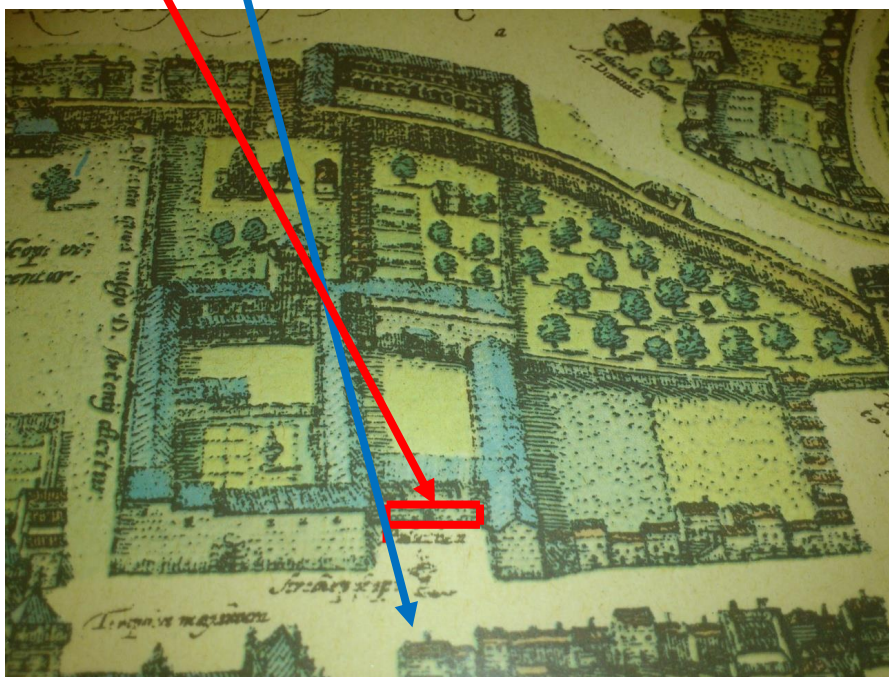
Que obras seriam estas? Ainda estarão figuradas no mapa de Braunio? Ora, vejamos, então, como hipóteses, evidentemente, se o mapa de Braunio (1594) ainda manifestaria sinais destas obras do tempo em que D. Diogo de Sousa havia sido arcebispo de Braga (1505-1532):

«(...)Fez de novo hu[m]a escada a estes paços da banda de fora no terreiro diante deles que não sohia d'aver nenhuma, a quall he de pedraria com seu patio em cima olivellado, grande sobre colupnas e seis arcos e ladrilhado de pedraria de lisonjas. E sendo a dita escada de dez palmos em ancho cada hum dos degraos he de hu[m]a soo pedra. E he a melhor lavrada que ataa este tempo se fez no Regno.

Mandou fazer na calçada dante os paços arcebispaes hum chafariz de novo pera receber a agoa da pia porque o outro era roto, velho e mall feito. (...)»⁵³.

Que escadaria alpendrada seria esta?

A referência a esta escada «da banda de fora no terreiro diante deles [paços]», de par com a referência à **calçada** dante os paços arcebispaes, parece-me indicar que esta magnífica escadaria se poderia referir ao que assinalarei a vermelho no mapa abaixo, uma vez que nenhum dos outros espaços diante de edifícios do «Paço» parece ser de **calçada**:



⁵³ COSTA, idem, p. 113.

Paula Bessa

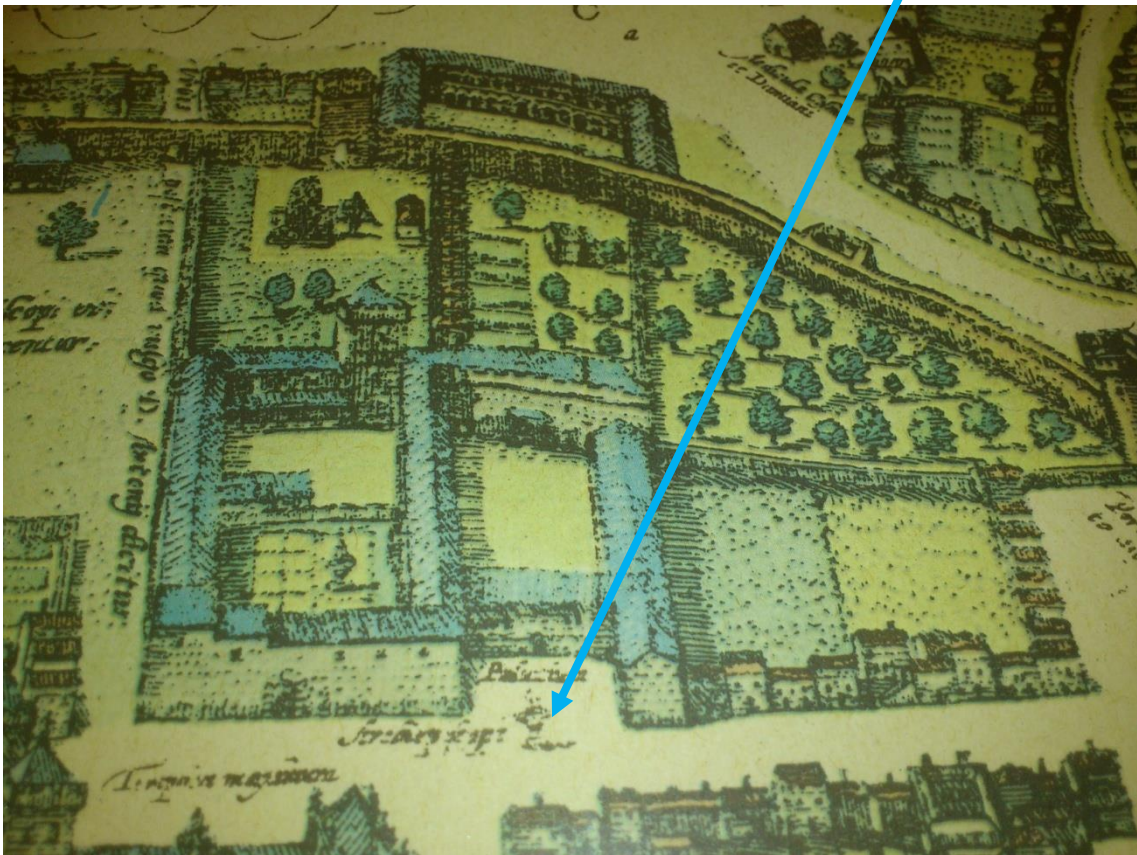
(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

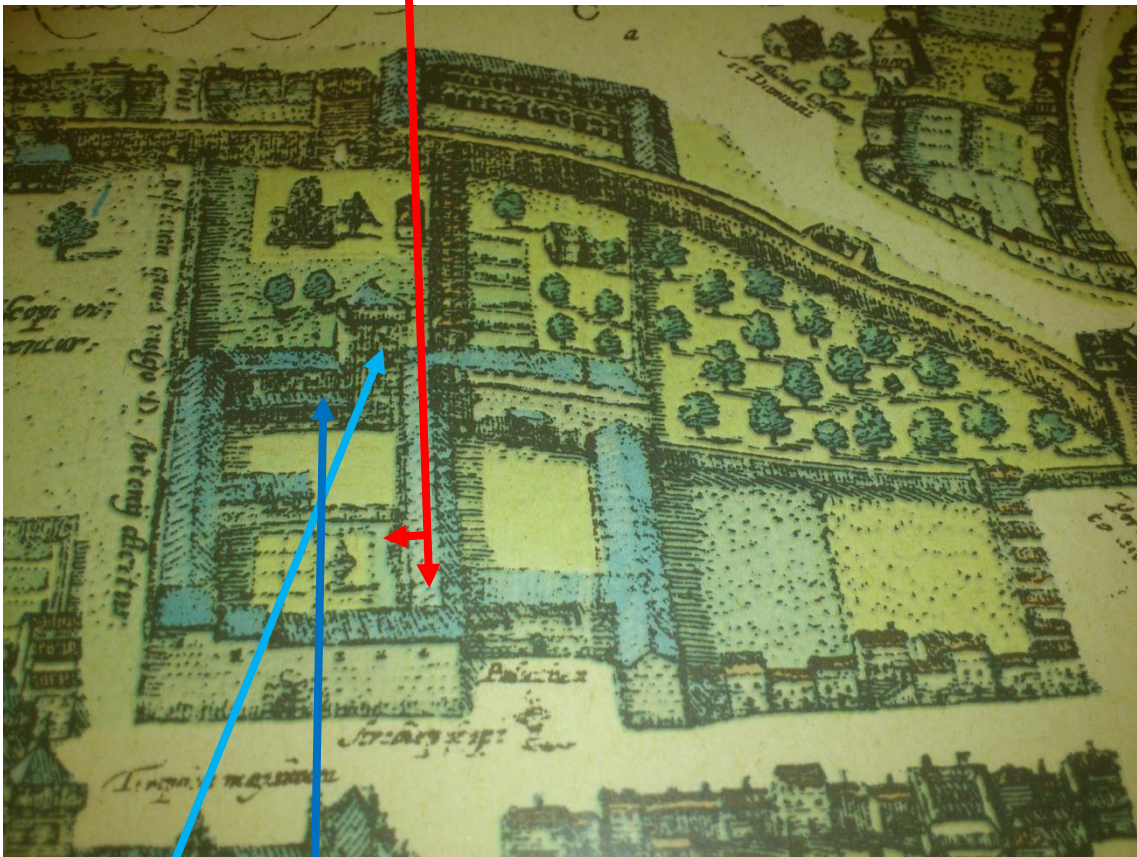
Se esta hipótese tiver fundamento, isso quereria dizer que este «corpo» já estava construído (vindo a ser substituído, mais tarde, pelo actual, ou seja, pela «ala» da responsabilidade de D. Rodrigo de Moura Teles).

«(...) Mandou fazer na calçada dante os paços arcebispaes hum chafariz de novo pera receber a agoa da pia porque o outro era roto, velho e mall feito. (...)»



Claro que este chafariz, nesta localização, veio a ser substituído pelo chamado «Chafariz dos Castelos» da responsabilidade do arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (cujos «castelos» glosam motivos heráldicos do brasão de D. Rodrigo).

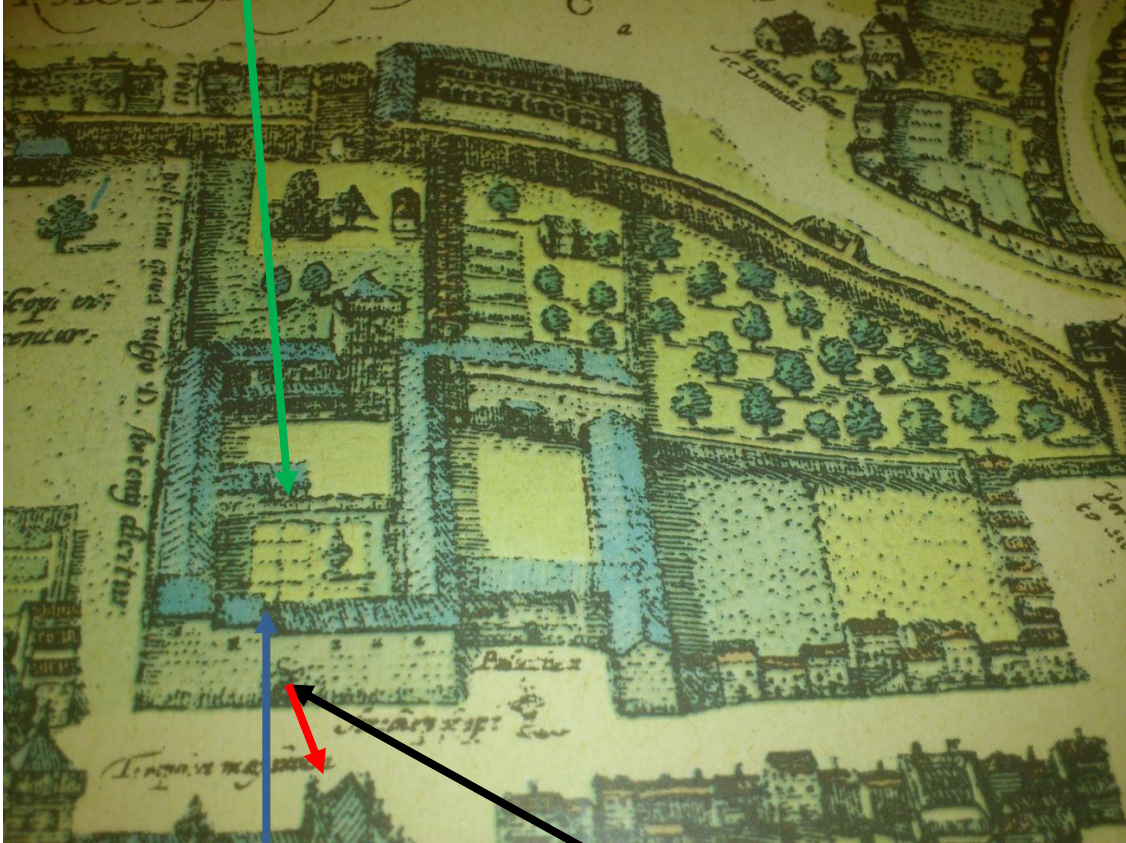
«(...) Fez na salla velha grande cinco camaras de novo olivelladas com cinco yanellas d'asento, todas com ferros e chaminé numa dellas. As quais camaras se correm pella derradeira camara grande que estaa sobre o yardim (...)» .



«(...) [Fez] hu[m]a escada de pedraria muy grande e boa a qual vai ter no jardim à camara maior de cima com seus pátios ladrilhados e o maior deles olivellado sobre colupnas.(...)»

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

«(...) Fez hum jardim **antre os paços da See** [espaço que creio que se preservou, ainda que sem os confortos criados por D. Diogo]



no qual da banda da See fez hua sotea muito grande sobre colupnas da banda do jardim e da banda da rua tem hu[m]a yanella ferrada e hua porta que sai a rua em direito da capella de Dom Gonçalo (?) a qual sotea he toda lavrada de quantaria com seus poyões e toda olivellada.».

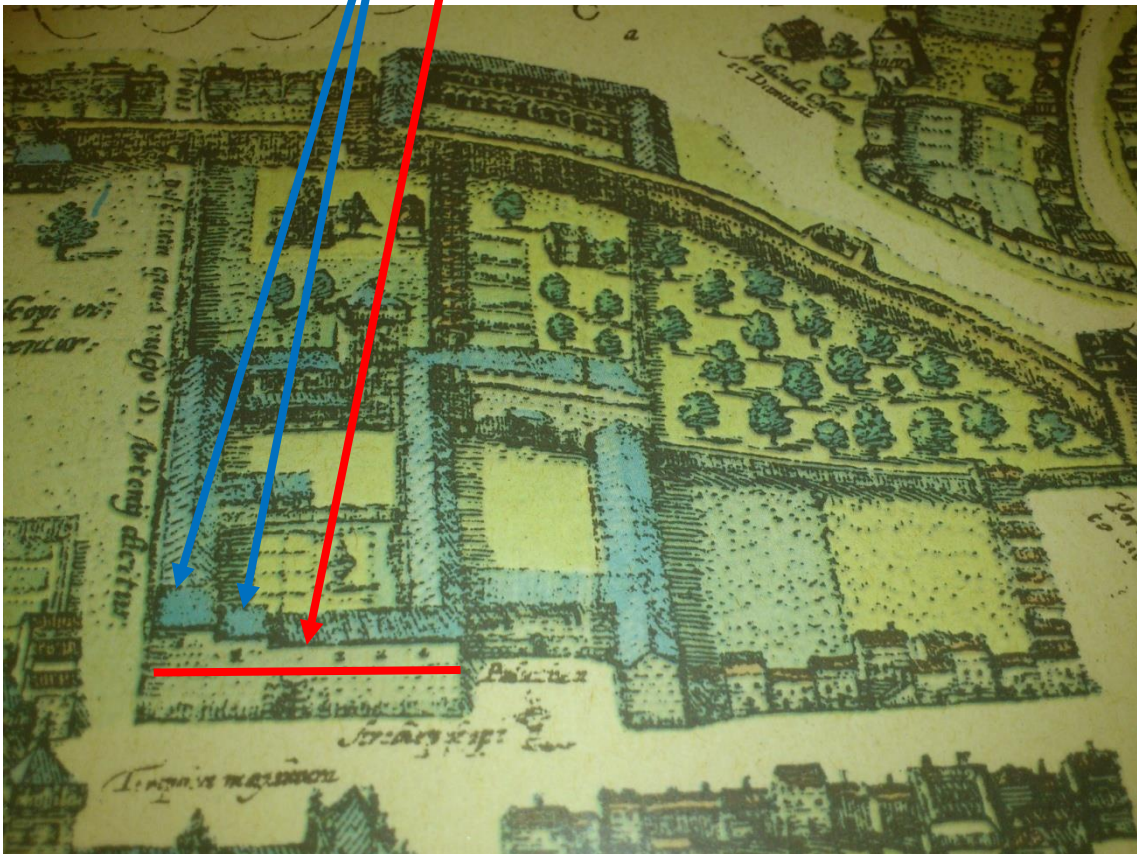
O documento dá a impressão de que se tratava de um corpo edificado de um só piso, térreo, portanto, com parede fechada para o lado da rua, desse lado tendo apenas como vãos uma porta (mais ou menos em frente à capela funerária de D. Gonçalo Pereira, como parece acontecer com o que se figura no mapa) e uma janela protegida por grades de ferro (*yanella ferrada*; mais uma vez, expressando preocupações de defesa) e alpendre (*sotea (...) sobre colupnas*) virada para o jardim, certamente para dar abrigo, sombra e conforto aos utilizadores desse espaço de lazer (incluindo *poyões*,

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

poiais, quer dizer bancos pétreos corridos, ao longo da parede, e duas cadeiras de pedraria).

Ou seja, se podemos colocar estas hipóteses de haver correspondência entre alguns aspectos das inovações de D. Diogo de Sousa referidas documentalmente e o que é figurado no mapa de Braunio, teremos que concluir que, entretanto, talvez depois da morte de D. Diogo de Sousa, se acrescentou um andar a grande parte deste «corpo» e foram ainda mais alteados dois espaços no extremo deste corpo que lhes davam a feição de torres.



A descrição no documento continua,

«O dito jardim he repartido em quatro quartos [o que, no mapa, já não acontece] e em cada quarto estão quatro laranjeiras afora os caminhos [o que, no mapa, também já não se verifica].

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

«(...) Fez no dito jardim hufm]a fonte allta com pee e pia a qual pia e pee parece ser das melhores do reino. E fez [ir] a agoa da fonte da calçada por alcatruzes à dita fonte e della corre por duas naves do jardim per duas calles descobertas.(...)»



Subsiste no espaço que corresponde ao jardim que D. Diogo de Sousa mandou fazer um «pé» de chafariz ao modo manuelino que, por estas suas características de gosto, talvez tenha pertencido a um dos chafarizes que este arcebispo mandou executar («na calçada dante os paços arcebispaes» e no jardim, talvez ao da calçada que é menos exuberantemente descrito) :

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Fotografia: Paula Bessa

*

Tendo por base a leitura deste extracto documental e, paralelamente, observando o mapa de Braunio parece possível colocar várias hipóteses:

- quando D. Diogo de Sousa assumiu o arcebispado de Braga (1505) já deveriam existir, para além das torres e do anexo residencial que ainda subsistem, vários corpos edificados ao longo dos séculos XIV e XV (indicados a vermelho no mapa acima; alguns foram, entretanto, profundamente alterados e outros não subsistiram até hoje, tendo sido substituídos). O complexo edificado que D. Diogo de Sousa encontrou quando assumiu a prelazia de Braga tinha já muitas semelhanças com a complexidade de

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

outros paços, possuindo, muito provavelmente, dois espaços ao modo de pátios internos (assinalados a verde no mapa), como acontecia no paço do século XV de D. Afonso, conde de Barcelos e, depois, duque de Bragança, em Guimarães;

- pela leitura do documento, tudo indica que já pré-existia (isto é, anteriormente a 1505; se este corpo tivesse sido edificado por D. Diogo deveria ser mencionado no *Memorial*, o que não acontece) o corpo assinalado a amarelo no mapa, com porta ao nível do 1º andar e sem escada pétreia de acesso, o que significa que essa porta deveria ser servida por escada de madeira amovível, o que só se justificaria por reconhecidas necessidades de defesa; a construção da responsabilidade de D. Diogo de Sousa da magnífica escadaria de pedraria, com vasto alpendre com colunas e seis arcos, de acesso ao 1º andar deste edifício só pode significar que este arcebispo não sentiu tão prementes e incontornáveis necessidades de defesa como outros arcebispos seus antecessores;

- provavelmente, foi a pré-existência de um espaço de ar livre cercado de edifícios, o que permitiu a D. Diogo criar:

- uma câmara térrea dotada com porta virada para a capela funerária de D. Gonçalo Pereira e com duas janelas com grades de ferro, uma virada à rua e outra virada para o jardim;

- o seu jardim, dotado de inúmeros e caros confortos que incluíam uma «ala» alpendrada, poiais e cadeiras de pedra para o descanso, o calmante ruído do cair de água num novo chafariz e em dois canais abertos ao ar livre, obra de vulto, uma vez que teve que se conduzir a água por alcatruzes (canalizações) a partir de *hum chafariz de novo* [que D. Diogo também tinha mandado fazer] *na calçada dante os paços arcebispas*, sem se esquecerem infraestruturas de irrigação, o desenho geométrico do jardim (em quatro quartos) e o plantio de 16 laranjeiras;

- a escadaria de pedraria e alpendrada de acesso à câmara grande (provavelmente, na terceira torre tardo-medieval, que, numa tradição que chegou aos nossos dias, era considerada a câmara do arcebispo e que foi o gabinete do Dr. Alberto Feio), o que, pelo que lemos neste extracto documental, só se fez quando passou a existir este

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

espaço fechado de ar livre rodeado por vários edifícios, ou seja, garantindo consideráveis possibilidades de defesa.

Na verdade, o que conhecemos da organização da chancelaria de D. Diogo de Sousa e do seu «*modus vivendi*» implicaria que, se este conjunto de edifícios não existisse quando assumiu a prelazia de Braga, D. Diogo de Sousa teria que promover a sua construção.

O modelo da *domus fortis* não seria suficiente para que D. Diogo de Sousa pudesse albergar o vasto conjunto de funcionários que este arcebispo considerou necessários.

O número de autoridades e funcionários da cidade e diocese de Braga de nomeação por este arcebispo atingia, em 1520, o número de 98⁵⁴, embora este número incluía funcionários que deveriam passar a maioria do seu tempo fora de Braga. Uma *domus fortis* seria insuficiente para albergar tão grande número de funcionários mas, a avaliar pelo *Memorial* e pelo mapa de Braunio, os acrescentos sucessivos à *domus fortis* de D. Gonçalo Pereira, tinham resultado num vasto complexo edificado, adquirindo características próprias de um paço.

Por outro lado, o modelo da *domus fortis*, uma tipologia de residência nobre, característica, quando surgiu e se desenvolveu, de uma nobreza de segundo plano, com vontade de ascensão⁵⁵ também não deveria coadunar-se com o *modus vivendi* de D. Diogo. De facto, quando, em 1528, o rei D. João III pede 10 000 cruzados emprestados a este arcebispo para comprar as ilhas Molucas, D. Diogo de Sousa, considerando a compra de interesse nacional, envia ao rei a quantia que pôde reunir (2000 cruzados) e 374 marcos (mais de 86 quilos) de prata lavrada quase toda dourada. Ora, esta prata era a prata da sua casa, de seu uso pessoal, incluindo confeitaria, copas, gomis, jarros, albarradas, bacios de dar água às mãos, frascos, pichéis, taças, copo pequeno, barnagal, saleiros de torres (imitando uma fortaleza com torreões e decorativa «coroneta»), vinagreiras, escumadeira, oveiros, garfos (uma novidade na época), faca de sal, colheres, faqueiro grande de pé (com múltiplas

⁵⁴ COSTA, 1993, op. cit., p. 68-70.

⁵⁵ BARROCA, Mário Jorge, 1998 – *Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes. A Conceção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)*. “Revista de História das Ideias”. Coimbra, Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 19, p.49.

peças)⁵⁶. As descrições dos objectos testemunham peças de grande preço nos materiais (para além da prata e do ouro, esmaltes e materiais exóticos, então muito apreciados, até pela sua raridade, como búzios e madrepérola) e de grande sofisticação no desenho e lavrado. Esta prata da casa do arcebispo D. Diogo de Sousa, enviada ao rei, não era nem meramente utilitária nem se revestia de nenhuma espécie de modéstia (nem nos materiais, nem no lavrado). Esta variedade e tipos de peças revelam a sofisticação do serviço à mesa do arcebispo. Este tipo de serviço requeria a largueza e diferenciação de espaços própria de um paço, largueza e diferenciação de espaços de que D. Diogo já pôde dispor e que enobreceu ainda mais com a criação de escadarias pétreas e com a criação do seu cuidado jardim.

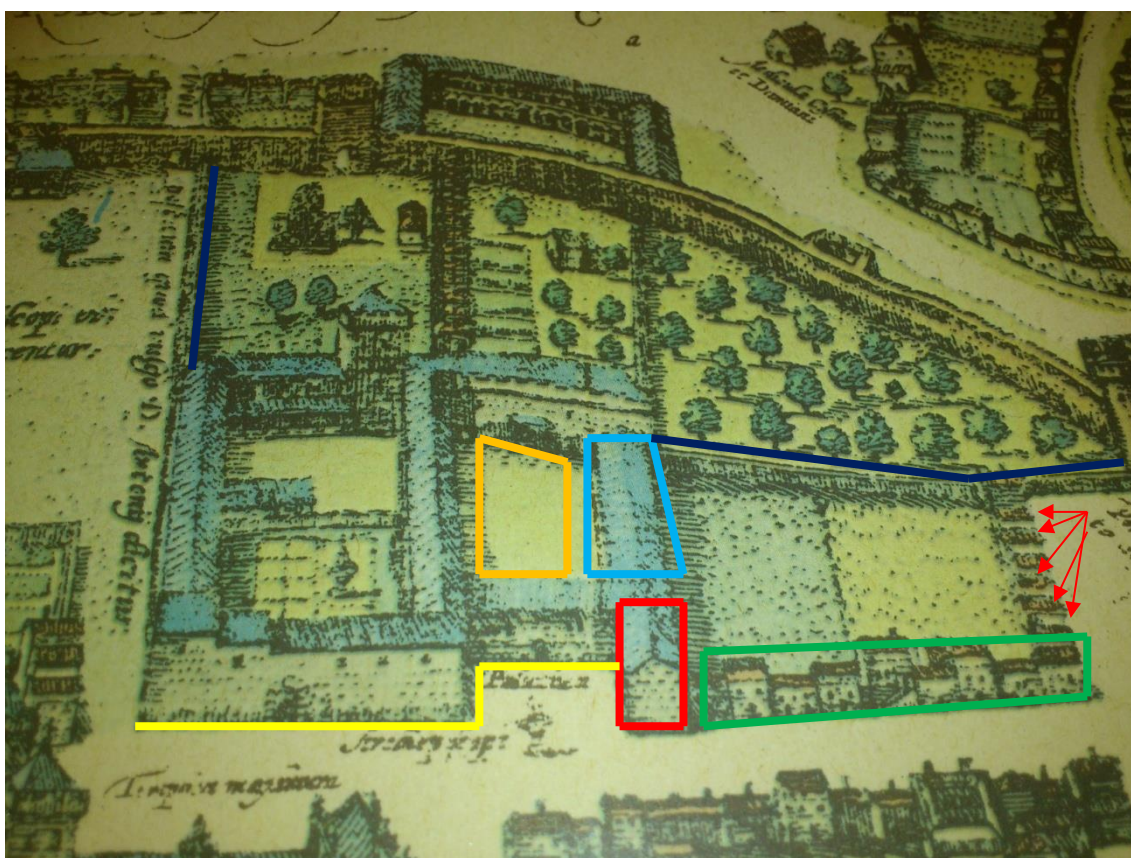
*

⁵⁶ COSTA, 1993, op. cit., p. 86-89. Sobre este assunto poderá ver-se a Dissertação de Mestrado em Património e Turismo Cultural de AGUIAR, David Emanuel Vieira, 2012 – *D. Diogo de Sousa e as ofertas de bens móveis à Sé de Braga*. Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (policopiado), trabalho realizado sob orientação da Prof. Doutora Isabel dos Guimarães Sanches e Sá e da Prof. Doutora Paula Virgínia de Azevedo Bessa.

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

Voltemos ao mapa de Braunio de 1594. Assumindo que as hipóteses que coloquei estão correctas e que os edifícios que assinalei a vermelho e a amarelo no mapa já existiam antes de D. Diogo de Sousa se tornar arcebispo de Braga (1505)⁵⁷, recebendo então as obras da sua responsabilidade e às quais viemos dando atenção, há que concluir que muito mais se representa neste mapa, o que merece vários comentários. Ora, então, vejamos.

O mapa documenta a «ala» mandada construir por D. Manuel de Sousa (arcebispo de Braga entre 1545 e 1549; assinalada a vermelho) mas figura-a ou como muito mais extensa do que o que se conservou ou como complemento de outro edifício (assinalado a azul); este edifício assinalado a azul (e que já não existe) na verdade, contribuía para criar um segundo espaço fechado ao modo de um «pátio» (assinalado a laranja).



⁵⁷ Se fossem da sua responsabilidade, certamente seriam incluídos no *Memorial*.

As construções arcebispais tardo-medievais mais tardias parecem ter querido avançar sobre a rua, o que se verifica quer no que diz respeito ao anexo residencial que sobreviveu quer relativamente ao corpo ao qual se encostava o alpendre do jardim de D. Diogo (assinalados a amarelo no mapa), quer relativamente à «ala» de D. Manuel de Sousa, já do século XVI.

Outro aspecto que o mapa de Braunio parece assinalar é que o espaço de carácter agrícola atrás das torres (de D. Gonçalo, a segunda e a terceira) incluía várias parcelas, aparentemente delimitadas por muros (assinalados a azul escuro) e sendo o seu limite final a própria muralha da cidade (com acesso exclusivo a uma das suas portas) e o próprio castelo.

As torres (de D. Gonçalo, a segunda e a terceira) foram construídas numa localização muito mais próxima da muralha da cidade, pertencendo aos arcebispos todo o campo entre essas torres e a muralha.

Numa primeira fase de avanço em relação à nova centralidade da sé (centralidade da sé essa que foi consequência do alargamento para norte da cerca muralhada) inclui-se o anexo habitacional que subsiste (e onde actualmente se encontra, no piso térreo, o chamado «Salão Medieval»).

De uma segunda fase de avanço em relação à rua do Souto (assinalada a amarelo no mapa) seria não só o corpo central recuado para o qual D. Diogo mandou fazer magnífica escadaria pétreia de acesso à porta no 1º andar (substituído pela «ala» de D. Rodrigo de Moura Teles) mas também o edifício em cujas traseiras D. Diogo colocou a *sotea* (alpendre) do seu jardim (substituído, entretanto, por obras de D. Frei Agostinho de Jesus e pela construção de casas).

Quando D. Manuel de Sousa (arcebispo entre 1545 e 1549) manda construir a sua «ala» (ver fotografia abaixo), o alinhamento da fachada virada à rua do Souto deveria ser semelhante ao deste corpo (assinalado a vermelho no mapa), alinhamento este que, quando se construiu a «ala de D. Frei Agostinho de Jesus» e um novo edifício no prolongamento da «ala de D. Manuel de Sousa», se voltou a alterar.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

D. Rodrigo da Cunha, caracterizando o arcebispo D. Manuel de Sousa, diz-nos «(...) Foi o Arcebispo D. Manoel de Souza, homem generoso de animo, & e de muito fausto, & pompa, & todas suas obras erão feitas com grande majestade, ordenando em seu tempo, que ouuesse ordinariamente touros, festas & jogos, a que elle assistia, & honraua ccom sua presença.(...)»⁵⁸. D. Rodrigo, comenta também as obras de arquitectura da responsabilidade de D. Manuel de Sousa: «(...) E porque as audiências, & juntas dos Desembargadores se fazião, hora em casa dos Vigairos gèraes, hora em outras partes, fez as casas do Auditorio, & Relação em q[ue] hoje se despacha, & na portada (q[ue] he de obra cõposta) pos suas armas, com a Cruz Primacial de duas aspas, & no baixo os dísticos seguintes.

*Illustrandae vrbis causa, sit vè/Vndè petantur/ Iura, nec instabili dentur, vt an/
te loco./ Sousa pater, dominusqè vrbis/ Magnusqè Sacerdos,/ Iustitiae Emanuel,
nobile/ struxit/ Opus.*

Querem dizer. Pera engrandecer a cidade, & se saber o lugar certo onde aquião de ir buscar o tribunal da justiça, que antes era incerto, mandou o grande Prelado, pay, & Senhor desta cidade, D. Manuel de Souza, levantar este edifício (...)»⁵⁹.

Esta «ala de D. Manuel de Sousa» (que só pôde ser construída no curto período do seu arcebispado, entre 1545 e 1549) servia, assim, para albergar as «casas do Auditorio, & Relação» (sobre obras de alteração nesta «ala de D. Manuel de Sousa» deverá ler-se o estudo do Doutor Eduardo Pires de Oliveira):

⁵⁸ CUNHA, 1989 (fac-simile de exemplar de 1635), p. 342.

⁵⁹ CUNHA, idem, p. 342-343. Segundo desenho de Maurício Guerreiro na inscrição, em maiúsculas, lê-se: «ILLUSTRANDEVRBIS CAVSA SIT VE VNDEPETANTUR/ IVRA NEC INSTABILLIDENIVR VT ANTELOCO/ SOVSA TATERDNS QVERBIS MAGNVS QE SACERDOS/ IVSTITIE EMANUEL NOBILE STRUXIT»; cf. desenho de Maurício Guerreiro publicado em RIBEIRO, Maria do Carmo Franco, 2008 – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna*. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga: policopiado, p. 492.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



«Ala de D. Manuel de Sousa»

(Fotografia: Paula Bessa)

Ao referir a obra da casa «da Auditoria e Relação», D. Rodrigo comenta a sua portada principal (que ainda subsiste) como «obra composta». O que quereria dizer com a

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

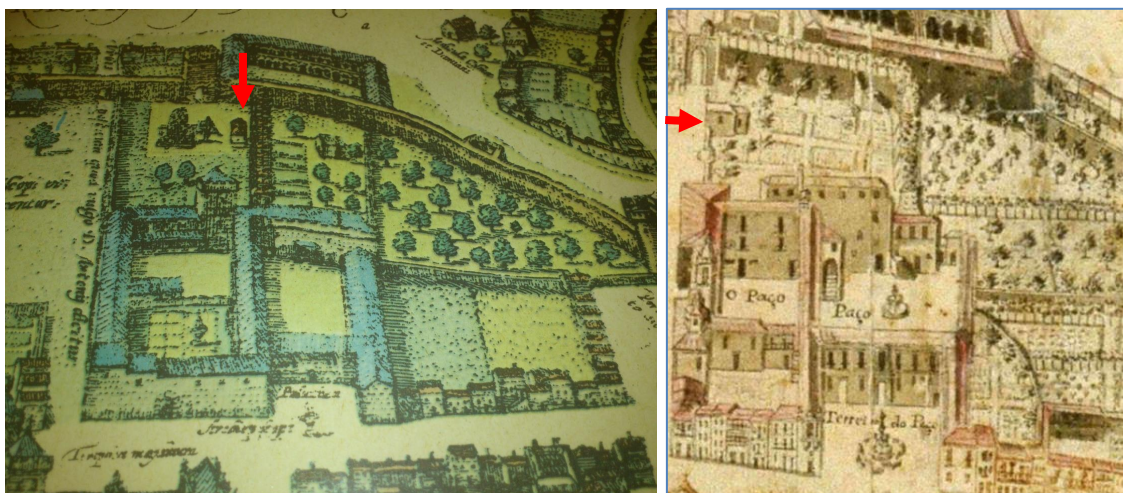
escolha deste adjectivo? «Composta» no sentido de usar uma linguagem arquitectónica que pretendia ser cuidada, influenciada por formas de elementos arquitectónicos presentes na arquitectura clássica (pilastras lisas com capitéis decorados com volutas, uma espécie de entablamento e frontão triangular)? Ou «composta» no sentido de «compósita», mostrando o conhecimento de D. Rodrigo da Cunha de que nem as pilastras, nem os seus capitéis, nem o entablamento, nem o conjunto desta composição com o frontão triangular como enquadramento de uma portada se baseavam nas regras da «linguagem» de nenhuma das ordens clássicas?

D. Rodrigo refere ainda uma outra obra de D. Manuel de Sousa, talvez a primeira capela palatina que foi construída nos Paços: «(...) Fez também hu[m]a ermida da inuocãode nossa Senhora dentro na horta dos Paços Arcebispaes, como cõsta do letreiro, que mandou por na portada da mesma ermida, que diz assi. Anno vigésimo quinto imperij Diui Ioannis tertij Lusitaniae Regis. D. Emanuel de Souza Archiepiscopus Bracarensis Hispaniarum Primas, eiusdem Regis factura, hoc facellum posuit in honorem Mariae Virginis. Vem a dizer. No anno 25. Do reynado delRey D. Ião o III. De Portugal, D. Manoel de Souza Arcebispo das Hespanhas, feitura do mesmo Rey, fez esta capella em ho[n]ra da Virge[m] Maria. Cahia este tempo no fim do anno de 1546. ou principio de 1547. Esta ermida se mudou depoes pera o postigo, q[ue] chamão de Santo Antonio (...). A segunda vez se mudou em nosso te[m]po, pera a vltima parte do cãpo (chamãolhe dos Touros) a quem sae ao campo da Vinha, ficandolhe a porta pera o mesmo campo dos Touros, & o corpo lançado pera dentro da horta dos arcebispos (...)»⁶⁰. A ermida talvez corresponda no mapa de Braunio e no de André Soares ao que assinalo com seta vermelha:

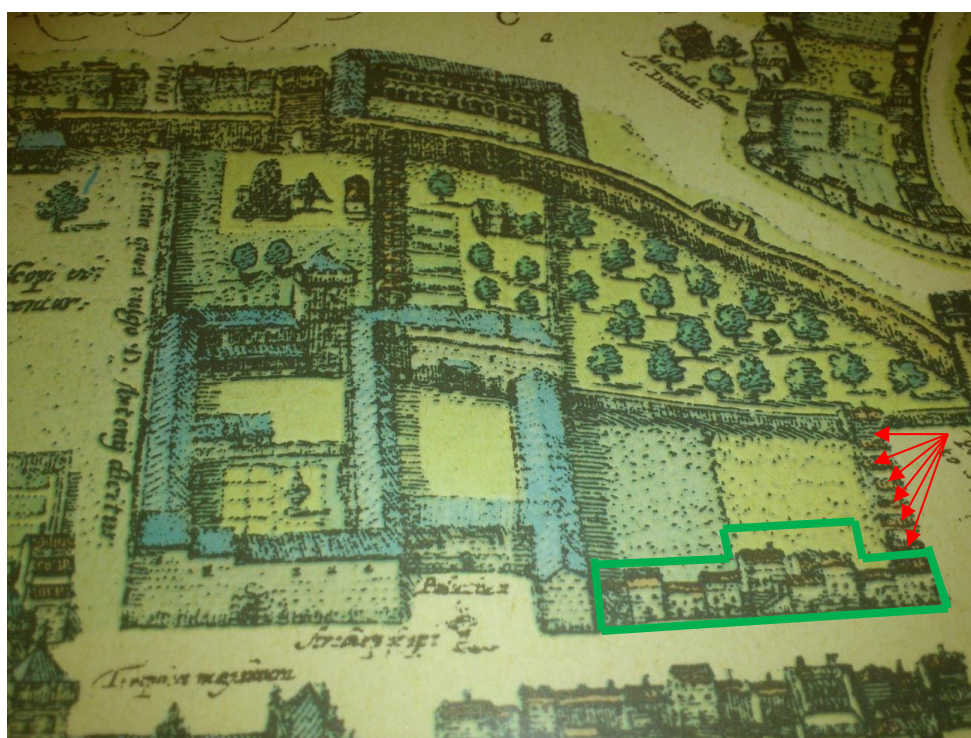
⁶⁰ CUNHA, idem, p. 343-344.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



Um aspecto interessante que o mapa de Braunio nos mostra é que, para o lado oeste da «ala de D. Manuel de Sousa», se alinhava uma série de casas (assinaladas a verde no mapa abaixo). Parece tratar-se de um caso de loteamento planeado (as casas/lotes parecem ter todas mais ou menos a mesma largura de frente), embora haja variação no número de sobrados (andares); mas não foram representados os quintais dessas casas, antes parece que os dois espaços de carácter agrícola atrás das casas pertenciam a um único senhor (o arcebispo?). Curiosamente, na rua perpendicular, parecem estar figurados os lotes mas ainda sem casas construídas (setas a vermelho).



Mas, pretendendo o mapa de Braunio representar Braga em 1594, durante o arcebispado de D. Frei Agostinho de Jesus (de Castro; arcebispo entre 1588-1609), há uma coisa que – surpreendentemente, chocantemente, mesmo - este mapa não faz: representar a «ala de D. Frei Agostinho de Jesus (de Castro)» e as suas duas fachadas voltadas ao exterior tal como as conhecemos actualmente, com a sua *loggia* com (rudes) colunas ao modo toscano, com a sua janela saliente virada à rua do Souto (que, segundo a inscrição que acompanha o brasão com as suas armas na fachada virada ao «Largo do Paço», data esta obra de 1593)⁶¹. Porquê? Porque, quando se recolheu a informação necessária à elaboração deste mapa, essas obras ainda não tinham sido feitas ou concluídas? Ou por outras razões? Não vou alongar-me a tentar formular hipóteses de explicação para esta questão porque o Doutor Eduardo Pires de Oliveira vai debruçar-se sobre formas de utilização desta *loggia* e sobre obras que eventualmente foram feitas nesta «ala de D. Frei Agostinho de Jesus», seguindo hipóteses que considero muito plausíveis e que o Doutor Eduardo Pires de Oliveira apresentará.

D. Rodrigo da Cunha refere-se a estas obras nos seguintes termos: «(...) *E porque não ouvesse em Braga quem não ficasse deuedor a sua [de D. Frei Agostinho de Jesus] liberalidade, fez pera gasalhado dos Arcebispos o **quarto da galeria, nobre edificio, & o melhor dos paços Arcebispaes, & guarneceo outras cazas deles (...)***»⁶². O Doutor Eduardo Pires de Oliveira tratará no seu estudo as alterações que foram feitas neste edifício, quer no que diz respeito ao tratamento da sua fachada virada ao «Largo do Paço», quer no que diz respeito à forma como foram usados espaços da *loggia* (ou galeria, como, sem estrangeirismos e muito apropriadamente, lhe chamava D. Rodrigo da Cunha), quer relativamente às alterações decorativas e funcionais que ocorreram no «*quarto da galeria*», razão pela qual não me pronunciarei sobre esses aspectos.

⁶¹ Segundo desenho de Maurício Guerreiro, na inscrição lê-se «ANNO –DOMINI- MD/ XCIII – SVB D-F-AVG/ DE IESV- HISPANIA/RVM PRIMATE»; este desenho está publicado em RIBEIRO, Maria do Carmo Franco, 2008 – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna*. Dissertação de Doutoramento apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Braga: policopiado, p. 493.

⁶² CUNHA, idem, p. 411. Sublinhado da minha responsabilidade.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI



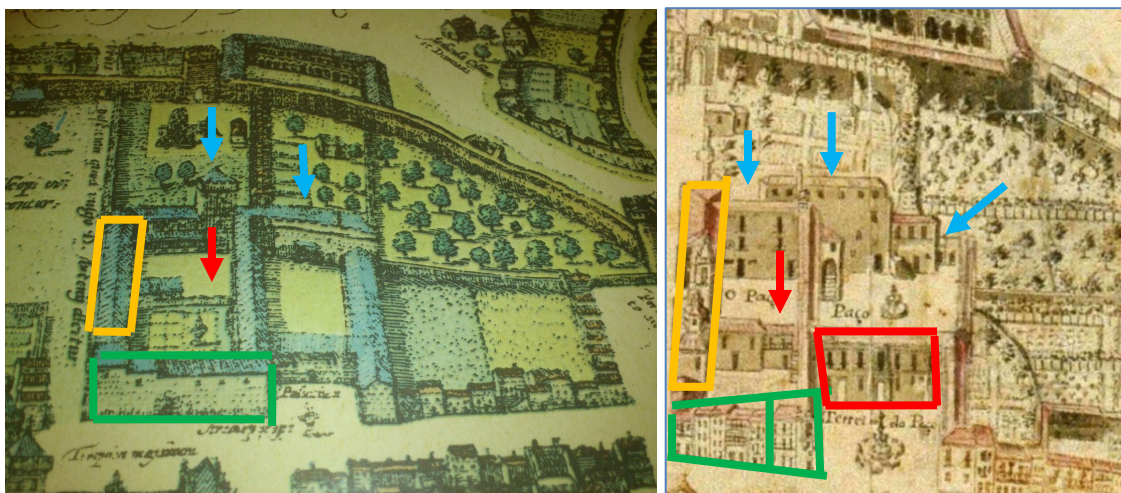
«Ala» de D. Frei Agostinho de Jesus
(Fotografia: Paula Bessa)

Provavelmente, quer o brasão, quer a cartela que actualmente se encontram nesta fachada são peças de restauro, uma vez que no pátio atrás da «ala de D. Rodrigo de Moura Teles» se encontram as seguintes peças escultóricas que poderão ser as originais (substituídas por não estarem em bom estado de conservação?):



Fotografias: Paula Bessa

*



Se compararmos o mapa de Braunio (1594) com o de «mapa de André Soares» (século XVIII), podemos acompanhar muitas das alterações que se verificaram entre os finais do século XVI e o século XVIII:

- as setas azuis chamam a atenção para as transformações que se operaram sobre as torres tardo-medievais (acrescento de um andar, de uma escada, de um anexo com chaminé, tudo rebocado);
- as setas vermelhas chamam a atenção para o facto de, entre finais do século XVI e o século XVIII, se ter construído um novo edifício que fechava o espaço onde, provavelmente, outrora, existiu o jardim de D. Diogo de Sousa;
- assinalados a amarelo, vemos como o edifício tardo-medieval figurado nos finais do século XVI deu lugar a uma construção de gosto inteiramente diferente (rococó) no século XVIII;
- assinalados a verde, podemos verificar que, no século XVIII, o edifício do século XVI, integralmente propriedade dos arcebispos, havia sido substituído, em parte, por casas e, noutra parte, pela fachada para a Rua do Souto que inclui a janela saliente que ostenta o brasão de D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1609);

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

- a vermelho, vemos como a «ala de D. Rodrigo de Moura Teles» (1704-1728) substituiu o corpo tardo-medieval para o qual D. Diogo de Sousa havia mandado fazer a magnífica escadaria de pedraria que já referimos.

*

Concluo estas reflexões sobre os Paços Arcebispais de Braga durante a Idade Média e o século XVI lembrando um aspecto que fui referindo mas ao qual creio que deve ser dado relevo.

Este complexo de construções sucessivas que resultou no «Paço Arcebispal» que já existia como «paço» nos inícios do século XVI (e que se re fará, acrescentará e alterará, até perdendo alguns espaços construídos anteriormente) foi sendo acompanhado por espaços de jardim, pelo menos desde o arcebispado de D. Lourenço Vicente (arcebispo entre 1374-1397). Ou seja, os jardins foram sendo parte integrante dos «paços».

Na verdade, vimos que D. Lourenço Vicente, depois de superadas as imensas dificuldades com que teve que se defrontar, conseguiu, finalmente, só em 1381, reunir Sínodo «*no jardim de seus paços*». Ou seja, já em 1381 havia um jardim acompanhando os paços arcebispais.

Demos atenção aos esforços de D. Diogo de Sousa no sentido de criar um jardim dotado de toda a espécie de confortos (alpendre para proteger da chuva e do sol, poiais e cadeiras de pedraria para providenciar assentos e repouso, o barulho rumorejante e calmante da água que caía do chafariz e corria por dois canais ao ar livre), com um desenho geométrico (em cruz, talvez evocando o Paraíso Terrestre, no qual, a partir da Fonte da Vida, partiriam quatro rios no sentido dos quatro pontos cardeais) e, claro, dispondo de laranjeiras, providenciando sombra, perfume e frutos.

O interesse no cuidado dos jardins nos paços arcebispais continuou ao longo do século XVI, sendo disso evidência um documento de contrato, datado de 10 de Outubro de 1592, que o Doutor Eduardo Pires de Oliveira encontrou e pôs à minha disposição⁶³. O documento é interessante a vários títulos: testemunha que até aos finais do século XVI se manteve o interesse pela boa manutenção de espaços ajardinados dos «Paços»,

⁶³ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), NTG 1. Vol. 72, fols. 101vº-103.

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

revela que o *muro* da cidade não estava bem cuidado, dele caindo silhares, e que, por essa razão, foram chamados à responsabilidade de mandar consertá-lo os vereadores do Conselho de Braga. O que este documento nos diz, resumidamente, é que, por esta altura estavam caídos silhares do *muro* da cidade (quer dizer, da cerca muralhada) dentro do jardim do arcebispo⁶⁴, razão pela qual foi necessário lavrar um contrato entre a Vereação do Conselho⁶⁵ e pedreiros para que recolocassem os silhares caídos do *muro*, o recompusessem, «tomassem» as juntas entre os silhares com argamassa de cal e areia e pincelassem com cal.

Assim, este contrato, nas circunvoluções repetitivas próprias da linguagem notarial desta época (neste caso, do também «juiz ordinário» Gonçalo de Paiva⁶⁶), revela-nos que o arcebispo esperava que o Conselho honrasse as suas responsabilidades e mandasse consertar o *muro*, recolocando também as partes já caídas no seu jardim.

Este documento revela-nos também a identidade de vários pedreiros, quer os contratados para esta obra, quer um seu fiador. Ficamos a conhecer, assim, mais alguns nomes ligados à construção. Os pedreiros contratados pertenciam a uma mesma família, Gonçalves, tendo à cabeça dois irmãos, Lourenço⁶⁷, vivendo nos arrabaldes de Braga, e Simão⁶⁸, vivendo em *Cequeira*, em freguesia do termo de Barcelos, juntamente com três dos seus sobrinhos⁶⁹. Como um dos seus fiadores, é referido também outro pedreiro, Domingos Pires⁷⁰, morador nos arrabaldes da cidade de Braga, à Cruz de Pedra⁷¹.

⁶⁴ O arcebispo de Braga era, então, D. Frei Agostinho de Jesus; poderá ver-se novamente como, no mapa de Braunio datado de 1594, os jardins nas traseiras dos Paços se estendiam até às muralhas e castelo da cidade.

⁶⁵ «(...) em esta cidade de bragua / na casa honde se fazem as vreacois della (...)», ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 101 vº.

⁶⁶ ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 101 vº.

⁶⁷ Que assina o documento com abreviatura, ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 103.

⁶⁸ Que «assina» o documento com a sua marca, uma estrela de cinco pontas, ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 103.

⁶⁹ Um dos quais domina perfeitamente a escrita do seu nome, «Amtonjo g[onça][ve]z», ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 103.

⁷⁰ Que «assina» o documento «de cruz», ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 103.

⁷¹ «(...) dominguos pi[re]z pe/dr[eir]º morador no aRaballdde da cruz da pedra desta/ cidade (...)», ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 102 vº.

Paula Bessa

(Prof. Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho)

O «PAÇO»:

OS PAÇOS ARCEBISPAIS DE BRAGA DESDE O PERÍODO TARDO-MEDIEVAL E ATÉ FINAIS DO SÉCULO XVI

A obra para que levantassem «*o dito muro q[ue] esta caído e o ffacaõ (...) bon e bem ffeito*»⁷² deveria estar pronta até trinta de Dezembro (pouco mais de dois meses, portanto); dava-se-lhes pedra (para além da que estava caída), areia e cal; mais, «(...) *avendo Respeito a cal q[ue] pros ditos pe/dreiros avyan de guastar no p[er]cintar e encopar em cal as duas ffiadas de allto lhe dauaõ mais allem do preco atraz dito dous mjll rs de maneira q por/este cõtrato e tudo a dita obra (...) Se lha dauam/ cento e dez mil rs (...)*»⁷³.

*

⁷² ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 101 vº.

⁷³ ADB, NTG 1, Vol. 72, fol. 103.